

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 78.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 21 de Maio de 1973 — (2.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado, Santa Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Emílio Carazzai, Iris Caldart e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 123-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 272-71, de autoria do Dep. Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio para o Ginásio Estadual na sede do Município de Iguaraçu. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 124-73.
Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 79.^a Sessão Ordinária Realizada em 21 de Maio de 1973 — (2.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Iris Caldart e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 48-73

Curitiba, 16 de maio de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972, para atender despesas com Salário Família do Gabinete do Governador — Casa Militar, na forma que especifica.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto de plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, destina-se, como a própria Dotação esclarece, ao pagamento de despesas com o Salário Família do pessoal da Casa Militar.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Diretor Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, conforme especifica, do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972, para atender despesas com Salário Família do Gabinete do Governador — Casa Militar de acordo com a seguinte especificação.

ÓRGÃO: — GOVERNO DO ESTADO

UNIDADE: — GABINETE DO GOVERNADOR — CASA MILITAR

PROGRAMA: — ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: — ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR — EXECUTIVO

ATIVIDADE: — ASSESSORAMENTO SUPERIOR

DOTAÇÃO: 2002. 0104. 2001

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.3.0 — Contribuição de Assistência e Previdência Social

3.2.3.3 — Salário Família Cr\$ 2.000,00

Art. 2.^o — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância do item 3.1.1.2.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas, na mesma Dotação e Unidade.

Art. 3.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 111 e 112-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.ºs:

268-66: Do Senhor Ex-deputado Olívio Belich, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à menor Alba Cardoso Ramos, órfã de pai e mãe. — A C.C.J.

58-72: Do Senhor Deputado Jorge Sato, que visa dar nova redação ao § 1.^o, do art. 282, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, na parte que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo. — A C.C.J.

— Sob o n.º 232-73, do Senhor Ten. Cel. Gentil Almeida Campos, comunicando haver sido nomeado e empossado no cargo de Secretário de Segurança Pública do Território Federal do Amapá. Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

— Sob o n.º 65, do Senhor José Maria de Araújo Perpétuo, Prefeito Municipal de Palmas, no qual agradece em seu nome e em nome de seus municípios, a doação de um Rolo Compactador para aquele Município, pela Lei n.º 6.398, de 26.4.73. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Casa, requer,

1.^o — seja inserto na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de pesar pelo falecimento do ilustre médico Dante Luiz Júnior, ocorrido em data de 18 do mês em curso, sexta feira última, nesta Capital.

2.^o — seja, desta decisão, dada ciência através de expediente deste Poder Legislativo aos familiares do ilustre morto na pessoa de sua viúva. Exma. Srs. Dona Djanira de Brito Luiz;

3.^o — seja, ainda, desta decisão, dada ciência à congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, à qual pertencia o falecido, na qualidade de Docente livre da cadeira de urologia.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Na última sexta feira, dia 18 deste mês, a opinião pública e, principalmente, os meios universitários de nossa cidade, foi abalada com a notícia do falecimento do professor Dante Luiz Júnior, médico cirurgião de elevado conceito profissional e docente livre da cadeira de urologia, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

O professor Dante Luiz Júnior, em vida, soube fazer-se admirado e respeitado por todos seus concidadãos, por que nele víamos sintetizadas todas as virtudes de um caráter firme e reto, no qual predominava a consciência do valor social da profissão que abraçara e o qual elevaria ainda mais por dar um sentido dinâmico àquela compreensão, colocando, em todos seus atos de médico uma profunda orientação humanista que decorria de sua formação eminentemente cristã com o espírito voltado permanentemente para aliviar o sofrimento daqueles sobre cujas vidas as portas do destino mais duramente se fecharam.

Sendo também dotado de espírito prático o doutor Dante Luiz Júnior bem cedo compreendeu a necessidade da associação e comunhão de ideais entre todos os que se dedicam à profissão médica e, assim, idealizou e fundou o Sindicato de Hospitais e Casas de Saúde do Paraná, do qual foi seu primeiro e grande presidente. Labutou na previdência social com reconhecida proficiência, mas destacou-se, sobremaneira, na cátedra universitária, tendo sido catedrático e docente livre da cadeira de urologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. No seu currículo profissional deve-se ainda destacar ter sido ele o fundador e diretor do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, entidade que dirigiu por mais de um quarto de século, dando a ela o melhor de suas energias e dedicação.

Por toda esta vida de trabalho, estudo e dedicação ao próximo entendo ser justo que esta Assembleia Legislativa registre seu pesar pelo falecimento do Professor Dante Luiz Júnior, e encareço, por isso, o honroso e indispensável apoio dos Nobres Deputados ao presente Requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Moraes Pereira da Costa, ocorrido hoje em Paranaguá.

O extinto era membro de tradicional família de Paranaguá, e exerceu os cargos de Vereador na Câmara Municipal daquela cidade; Presidente do Conselho Municipal de Cultura, Diretor do Instituto Histórico de Paranaguá e Diretor do Instituto de Ciências e Letras "Leônicio Correa".

Homem de vasta cultura e inteligência, prestou valiosos e inestimáveis

serviços à Comunidade paranaguara, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação naquela cidade.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento deste à família enlutada, à rua Presciliano Correa, n. 137 — Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ruy Allegratti.

O referido Senhor, era pessoa ligada ao Magistério paranaense, onde muito contribuiu para a solução de vários problemas educacionais e, atualmente, exercia as funções de Inspetor Federal de Ensino.

Da decisão da Casa, solicita-se, ainda, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado ao final assinado, na forma do Regimento Interno da Casa, requer, ouvido o Plenário, que seja encaminhada ao Senhor Ministro Dias Leite, das Minas e Energia, as congratulações desta Assembléia pela comunicação feita por Sua Excelência quando de sua recente visita ao nosso Estado, de que será instalado em Curitiba o escritório central para construção da Usina de Itaipu e pela inclusão de elementos do Paraná para integrarem a Comissão de Administração daquele escritório.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer, ouvido o Plenário, haja por bem a Douta Mesa credenciá-lo para representar esta Casa no 2.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a realizar-se em Brasília, de 21 a 26 do corrente mês, sem ônus para a Assembléia.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, do Artigo publicado no Diário do Paraná de 19 do corrente mês e no Jornal do Brasil, edição de 17 p. passado, com o título "O PRÊMIO MACHADO DE ASSIS", do Ilustre Articulista Renzo Massarani.

Renzo Massarani, em seu bem fundamentado artigo focaliza a grande conquista feita pelo Eminentíssimo escritor paranaense Andrade Murici, vencedor do importante prêmio literário MACHADO DE ASSIS, concedido pela Academia Brasileira de Letras, na sua sessão de 10 de maio último.

Outrossim, requer ainda, seja dado ciência do presente requerimento no Jornal do Brasil e ao Diário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscrive, estribado em suas funções de legislador, requer à Douta Mesa desta Casa de Lei, após a anuência dos Senhores Deputados, seja endereçado ofício ao Exmo. Sr. Inspetor Delegado Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, solicitando seja determinadas rigorosas e urgentes providências visando disciplinar as atividades dos cinemas. Está se fazendo oportuna a intervenção daquele importante serviço, visando proibir a projeção de trailers de filmes proibidos durante as sessões livres liberadas pela Censura, bem como não se tolerar mais a fixação de cartazes indecorosos nas calçadas públicas. Cenas que atentam contra o pudor público são projetadas inclusive em sessões assistidas por crianças com grande ênfase para o problema do sexo. Estas propagandas somente deveriam ser inseridas nas telas quando o espectadores fossem maiores de idade, ou então à noite e não mais durante as matines como vem acontecendo. Igualmente a colocação de cartazes imorais deveriam ser proibidos, principalmente defronte aos cinemas, porque em geral ficam bem visíveis às pessoas de todas as idades, prejudicando sensivelmente o esforço governamental de preservar as tradições da família brasileira.

Em nome das famílias cristãs, dos pais que se preocupam seriamente com a formação de seus filhos, apelamos ao Senhor Chefe da Censura Federal, visando moralizar esta propaganda atentatória nos cinemas do nosso País.

Temos certeza que as providências haverão de serem adotadas, pois o que se assiste hoje nos cinemas de forma alguma condiz com os bons costumes da família brasileira.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja designado uma comissão de 2 (dois) Deputados para representar este Poder na posse do Senhor Hector Cámpora, na Presidência da República da Argentina, marcada para o próximo dia 25.

Esta representação se justifica plenamente, considerando a importância do acontecimento, que será prestigiado inclusive pelo Governo Federal do Brasil, que já designou sua representação.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 95-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os efluentes das redes de esgotos, os resíduos líquidos das industriais e os resíduos sólidos domiciliares ou industriais somente poderão ser lançados às águas situadas no território do Estado, "In-Natura" ou depois de tratados, quando as águas receptoras, após o lançamento, não sofreram poluição.

§ 1.º — Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações e ainda, possa comprometer a flora e a fauna aquáticas e a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

§ 2.º — O lançamento dos efluentes e dos resíduos que trata este artigo dependerá de autorização expressa da "Administração de Recursos Hídricos".

Art. 2.º — Na regulamentação desta Lei, as águas do Estado serão classificadas e enquadradas de acordo com o seu uso preponderante, fixando-se os limites admissíveis e as condições de lançamento de efluentes e resíduos domésticos e industriais.

Art. 3.º — As atribuições decorrentes desta Lei ficam cometidas à Administração de Recursos Hídricos.

Art. 4.º — As pessoas físicas e jurídicas que infringirem esta Lei serão punidas com a multa diária de um (1) a dez (10) salários mínimos regionais enquanto perdurar a infração, podendo a autoridade competente interditar as instalações causadoras da poluição das águas, até que cesse o motivo da poluição.

§ 1.º — A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º — As importâncias arrecadadas através da aplicação de multas serão destinadas à Administração de Recursos Hídricos.

Art. 5.º — Esta Lei será regulamentada dentro de cento e vinte (120) dias, a contar de sua publicação.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973

(aa) Borsari Netto e Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, através do Decreto n. 3.209, de 14 de fevereiro de 1973, transformou o Departamento de Águas e Energia Elétrica na Administração de Recursos Hídricos — ARH — conferindo-lhe entre outras, as atribuições de estabelecer a política de utilização de recursos hídricos e o controle de poluição dos cursos de água e resíduos industriais.

Considerando o alto grau de poluição que vêm atingindo diversos cursos de águas em nosso Estado, e conhecendo-se os efeitos altamente negativos dessa poluição, entendemos plenamente justificado o nosso Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado da palavra o Sr. Deputado Hélio Manfrinato, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Temos em mãos um expediente oriundo do Sr. Diretor do Departamento do Trânsito, Dr. Marcos Prado. Tal expediente veio às nossas mãos em função de termos remetido aquela autoridade através do Sr. Secretário de Segurança Pública, cópia dos pronunciamentos feitos nesta Tribuna por vários Srs. Deputados, tanto da ARENA como do MDB.

O Dr. Marcos Prado, em longa análise responde não apenas às questões aqui levantadas, mas também a um Requerimento de informações do Sr. Deputado Antonio Belinati, com relação à possíveis irregularidades no setor de multas, e esclarece também aquela autoridade, questões relativas ao teste psicotécnico. Como o ofício é volumoso, e há nele documentos até certo ponto, sigilosos, tomaremos a liberdade de, tirando fotocópias de todas as peças do processo que temos em mãos, encaminhar os esclarecimentos que ele contém, a todos os Srs. Deputados, que usando desta Tribuna, tecerem considerações com relação ao Departamento de Trânsito.

E se necessário for, voltaremos a esta Casa, à esta Tribuna, para esclarecer os assuntos que não forem suficientemente elucidados pelo presente expediente. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa passagem pela Tribuna, se prendia apenas, a este fato para dar à Casa, conhecimento dos esclarecimentos que nos chegaram às mãos. Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente e aos Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos identificar à Casa do recebimento de informações encaminhadas pelo Poder Executivo sobre a Concorrência aberta pela TELEPAR para a ampliação do sistema telefônico de Curitiba, hoje anulada em duas instâncias pelo Poder Judiciário.

Constrangidos nos sentimentos obrigados a revelar que um Pedido de Informações aprovado pela unanimidade desta Assembléia chega aqui desmoralizado por respostas de redação dúbia, com evidente intenção de manter dúvidas sobre pontos questionados, já não bastasse vir respondido com violação dos prazos constitucionais.

E como justificativa de Requerimentos que formularemos ao final, pasamos a lembrar:

A posição da TELEPAR, na citada concorrência, é das mais vulneráveis: foi uma das poucas vezes na história administrativa do Paraná que uma licitação é anulada pelo Judiciário. E não por um, mas por três vícios insanáveis assim descritos pela autoridade judicante:

I — Não criação de Comissão Julgadora para apreciação da concorrência, decidida indevidamente pelo Conselho Diretor da TELEPAR;

II — desvio de objeto da concorrência, aberta para o fornecimento de 22.500 linhas e estendida pela TELEPAR para a compra de 53.700 linhas;

III — infringência da Portaria n.º 6 do Ministério da Fazenda, que fixa normas para a realização de concorrências internacionais.

Tão flagrantes foram as nulidades que o juiz prolator da sentença em primeira instância (decisão já confirmada pelo Tribunal de Justiça), não se contentando, assim redigiu um dos seus parágrafos:

"... Fosse dado a conhecer a todas as participantes da licitação que esta se estendia a 53.700 linhas, com suas respectivas centrais e demais equipamentos, talvez as propostas fossem outras, mais convenientes à empresa e ao nosso sofrido Estado do Paraná".

Sendo esta a triste posição da empresa onde o Estado é acionista majoritário, vem agora o Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, à cuja Pasta subordina-se a TELEPAR, responder maliciosamente e mal um pedido de informações da Assembléia Legislativa, como mais adiante demonstramos. O fato é de suma gravidade, não porque sejamos autor do Requerimento de informações: uma vez aprovado transformou-se em pronunciamento da Casa, e a desfeita abrange todo o Poder.

Recordam-se os Nobres Pares que esteve aqui o Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, afirmando que espontaneamente vinha prestar esclarecimentos sobre a ampliação da rede telefônica de Curitiba. Não esclareceu, é certo, que sua presença espontânea, por coincidência, verificava-se no exato momento em que a concorrência aprovada pela TELEPAR ganhava feição de escândalo de repercussão nacional. Na oportunidade registramos voto de confiança em Sua Excelência, acreditando que, como sempre fez em sua vida pública, tinha o ânimo de acertar. Esclarecimentos foram prestados, debateu-se por alto aspectos do problema dos telefones. E já no dia seguinte esta Casa aprovava pedido de informações a nosso Requerimento. Justificava o pedido que os esclarecimentos trazidos à Casa, de forma verbal, careciam da ordenação de um documento escrito, motivo porque reapresentavam-se várias perguntas para serem documentalmente respondidas e comprovadas. Ficou claro, na justificativa, que interessava a clareza de um documento escrito, mas principalmente o valor jurídico de um expediente assinado e acompanhado de provas.

Começa aí a deficiência do esclarecimento que ora recebemos da Secretaria de Viação. O titular da Pasta responde laconicamente, com omissões, a maioria das treze perguntas, fazendo remissão às notas taquigráficas. E passem os Senhores, se tais remissões se referem às notas taquigráficas tomadas pela assessoria desta Assembléia, como é de se esperar, são totalmente erradas, visto que as páginas citadas não se referem aos assuntos perguntados.

Só podemos imaginar duas hipóteses: ou a Secretaria de Viação numerou seu exemplar de notas taquigráficas de trás para diante, ou procurou, deliberadamente, confundir para não responder. A negativa de esclarecer "in totum" várias perguntas autoriza acreditar na segunda opção.

As perguntas formuladas eram treze e as respostas fornecidas acham-se protocoladas nesta Casa sob número 3.851, de 8 do corrente, e os Senhores Deputados que assim desejarem poderão tomar conhecimento de seu inteiro teor. Poderão ver, então, que são ou respostas parciais, ou facciosas, na sua maioria. Pedimos para dar apenas três exemplos, neste momento, para reforçar os argumentos de requerimento que pretendemos levar à consideração do Plenário.

Atentem como se caracteriza o sofisma de todas as respostas encaminhadas pela Secretaria de Viação e Obras. Estava assim redigida a Pergunta n.º 2: "Quanto já foi arrecadado com a venda de telefones? Onde está aplicado o dinheiro? Relacionar os investimentos em 'open market' e outros". Foi a seguinte a resposta do Governo:

"Já foram arrecadados 4 milhões, 725 mil, 719 cruzeiros, os quais estão depositados em conta específica para a sobras de Curitiba, no Banco do Estado do Paraná, sendo que desta conta só podem ser retirados recursos para aplicação no respectivo projeto ou no mercado financeiro quando houver disponibilidades. Evidentemente as quantias temporariamente não aplicadas em obras são investidas financeiramente para que o capital e renda não se deteriore. As rendas de aplicações, já incorporadas à citada conta, somam 117 mil e 947 cruzeiros. O Senhor Deputado poderá consultar as folhas 4 e 29 das notas taquigráficas da Sessão do dia 19-3-73".

Está evidente, nessa resposta, a omissão. Pediu-se que fossem relacionados os investimentos. Quer dizer: interessava saber especificamente, nominalmente, onde foi aplicado o dinheiro do povo. E a resposta parcial do Secretário de Obras justifica esse interesse, visto que revela um péssimo negócio com dinheiro do povo. Nem foi aprovada a concorrência, logo não deve haver, ainda, investimentos em obras. Os telefones foram vendidos há perto de um ano. Nesse prazo a conta de quase 5 milhões rendeu menos de três por cento, mostrando que o dinheiro do povo apodrece sabe lá em que investimentos misteriosos.

Outro exemplo: a pergunta décima-segunda está assim redigida:

"Quais as cidades do mundo que possuem o sistema que se quer introduzir aqui, em centrais com mais de trinta mil linhas? Qual a cidade brasileira, atualmente, que possui esse sistema? Onde foi testado, aqui ou no mundo, em central piloto, a compatibilidade de adaptação para ligações em DDD dos dois sistemas? Haverá necessidade de adaptação das centrais de trânsito que interligam Curitiba ao resto do Brasil? Na afirmativa, dizer o custo e se está englobado no preço apresentado pela empresa vencedora". Vejamos a resposta literal:

"O sistema que será introduzido em Curitiba existe em operação comercial em dezenas de cidades de todo o mundo. A Argentina, Bulgária, Dinamarca, Finlândia, Itália, Hong-Kong, Áustria, Alemanha, Indonésia, Coreia, Holanda, Suíça, Estados Unidos e Canadá usam equipamentos desta natureza. Na Dinamarca existem 105.010 terminais análogos operando em compatibilidade com equipamentos como os hoje existentes no Brasil. Isto demonstra não haver qualquer risco de incompatibilidade entre o sistema que será implantado em Curitiba e o sistema Nacional. No Rio de Janeiro há uma central de trânsito internacional para telex com equipamentos análogos aos que aqui serão contratados". O Senhor Deputado poderá consultar as folhas 53 das notas taquigráficas da Sessão do dia 19-3-73".

Além de omissões, há sofismas evidentes nessa resposta. Perguntou-se nome de cidades com centrais com mais de trinta mil linhas. Sua Excelência respondeu com o nome de treze países e apenas uma cidade. Ignorância em Geografia? Difícil crer. A única cidade mencionada, por informações que temos, é realmente isolada no sistema "cros point" em escala comercial. É Hong-Kong, mas, segundo as mesmas fontes técnicas, tem dez mil, não trinta mil linhas, e o sistema todo estaria em vias de ser substituído por centrais computadorizadas. A resposta honesta não seria dizer que não há nenhuma cidade? Ou enumerar as que existam, se houver?

As omissões: O Senhor Secretário não respondeu se haveria necessidade de adaptações das centrais de trânsito de Curitiba para interligação por DDD com o resto do Brasil. Nem disse se o custo foi ou não englobado no preço apresentado pela empresa vencedora. Por que?

Como nas outras perguntas, aqui também as folhas de notas taquigráficas mencionadas nas respostas não correspondem ao assunto. Nas folhas 53 está uma pergunta do Deputado Luiz Roberto Soares sobre a deficiência do sistema telefônico de Curitiba e muitas aplicadas ao fornecedor de equipamentos.

Temos um terceiro exemplo, que só vamos sintetizar: As perguntas 4 e 5, em súmula, questionam: Visto que se quer substituir e não complementar o sistema atual, qual o preço do novo sistema? Estão computados o custo de todas as obras civis e de infra-estrutura necessárias à instalação das centrais, bem assim as despesas de retirada e depreciação do material ora em uso?

Resumindo também, diz a resposta da Secretaria de Viação, aproximando os valores: O sistema novo custará 101 milhões de cruzeiros; a ampliação custaria 98 milhões; logo, o valor do material retirado seria a diferença entre os dois, isto é, 3 milhões. Com tal tipo de pensamento, espera o Secretário, evidentemente, dar diploma de imbecilidade aos Membros desta Casa. É óbvio que tal equipamento teve um custo histórico, tem um valor atual e vale o que vale não numa análise matemática de ambas as propostas, que aliás nem foi perguntada. Perguntou-se, isto sim, se o custo das obras civis e outras de infra-estrutura, bem assim o custo de retirada (mão de obra, etc.) e a depreciação do material existente estavam computados na proposta considerada vencedora. Considera-se por intuição, que seja mais barato ampliar que retirar o que já existe para substituir todo o sistema, em termos de mão de obra, perda de cabramento, etc., e a pergunta estava bem explícita. Afirma ainda a Secretaria de Viação que as obras civis e de estrutura teriam custo idêntico na ampliação e na substituição. Informações que temos contestam a assertiva. Na ampliação, usar-se-iam as instalações atuais. Na substituição seriam necessárias novas obras, porquanto o sistema atual tem que ser mantido em funcionamento até que toda a estrutura nova esteja pronta. Numa coisa, porém, a resposta foi satisfatória. Admite o Senhor Secretário que nenhum desses custos foi computado, nem revelou o seu valor.

Uma resposta fornecida pelo Senhor Secretário ultrapassou a medida da pergunta e merece também destaque especial, para que se avale como o laceramento das demais informações não foi por preguiça de escrever:

Pergunta Décima Primeira: "Por que a TELEPAR contratou advogado particular para representá-la na contestação de uma simples medida preliminar como é a exibição de documentos solicitada judicialmente? Quais os honorários pagos ou contratados?"

Respondendo corretamente ao item inicial, diz a Secretaria de Viação que o advogado em questão foi contratado porque já havia um precedente de contrato, em 1970, desse mesmo profissional para representar a TELEPAR em outra questão contra a empresa impetrante da segurança. Diz, mais além, que os quatro advogados da TELEPAR são tomados pelo trabalho de rotina da empresa e não são especialistas para uma questão complexa. Daí acrescenta o que ninguém perguntou, textualmente: "O atual presidente da TELEPAR iniciou sua vida profissional como advogado contratado, sendo que suas relações profissionais cessaram de existir desde 1964. Nos escritórios do advogado contratado trabalha o irmão do Presidente, entretanto foi contratada a pessoa do advogado e não os escritórios do mesmo".

Sobre a segunda parte objetiva da pergunta, diz a informação: "As informações de salários e honorários encontram-se à disposição dos Senhores Deputados na TELEPAR e deixamos de transmiti-las aqui por questões de ética profissional".

Vejam os Senhores Deputados: Num longo arrazoado, o Secretário de Viação desculpa o Presidente da TELEPAR por haver contratado um advogado antigamente a ele relacionado, hoje ligado apenas com um irmão dele, garante que os advogados da TELEPAR não têm aptidão profissional para contestar um mandado de segurança, e termina não respondendo a questão principal alegando motivos de ética.

O pedido de informações, envolvendo uma empresa que gira com dinheiro do Estado e dos usuários não admite indagações éticas. A principal atribuição do parlamentar é fiscalização financeira e nunca pode ser obstado por estranhas sensibilibidades. Ademais, preocupa esse perfeccionismo ético, quando nenhum existiu para qualificar de pouco preparados os assessores jurídicos da TELEPAR (o que é verdade), quando deveriam ser eles exatamente os maiores especialistas no assunto, como realmente o são. E quando não houve também tal preocupação extremada em contratar advogado pelos tais honorários, cujo sigilo, e cujas explicações paralelas sobre relacionamentos antigos e atuais, indicam ser possivelmente vultosos.

Senhores Deputados:

Seria exaustivo analisar aqui, uma por uma todas as respostas. Mas tenham os Senhores a certeza de que há muitas outras omissões, não bastassem as remissões equivocadas sobre as notas taquigráficas.

O assunto, em si, hoje não prejudica nem beneficia qualquer empresa, visto que a concorrência foi anulada pelo Judiciário e não há perigo iminente de que o Estado assuma compromissos lesivos ao povo de imediato. Mas uma análise em profundidade é necessária para que, reaberto o problema dos telefones não se repita uma cumulação tamanha de erros, mistérios e conflitos como se viu nesta execrada concorrência pública.

Dois aspectos imediatos, porém, realçam. Primeiro, a posição dos compradores dos novos telefones, que já pagaram vultosas quantias e cujo dinheiro, como confessa o próprio Senhor Secretário, se deteriora numa conta cuja movimentação foi ocultada.

Para defender os interesses dos promitentes compradores proponho o Requerimento de seguinte teor:

SENHOR PRESIDENTE:

O Deputado que adiante subscreve, usando prerrogativas regimentais, requer à Mesa seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Ministro das Comunicações, Professor Higinio Corsetti, solicitando de Sua Excelência que discipline a aplicação dos fundos arrecadados pelas concessionárias de telecomunicações através de sistema de auto-financiamento. Requer, ainda, acompanhe tal expediente cópia literal das razões que acabam de ser expostas como justificativa.

O outro aspecto também pendente é a posição desta Assembléia face às respostas incompletas e sofistas que recebeu do Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras em confronto ostensivo ao seu direito constitucional de pedir informações. Para esclarecê-lo, formulamos o seguinte Requerimento:

SENHOR PRESIDENTE:

O Deputado que adiante subscreve, no uso e atribuições legais, e considerando a impropriedade das respostas a pedido de informações, fornecidas pela Secretaria de Viação e Obras sobre a ampliação do sistema telefônico de Curitiba, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhe-se expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor PEDRO VIRIATO FARIGOT DE SOUZA, pleiteando que determine sejam todas as respostas fornecidas novamente, desta feita integrais e pertinentes, sem remissões a outros pronunciamentos e acompanhadas dos documentos solicitados.

Para melhor entendimento da solicitação da Casa, requer, ainda, se aprovada a Proposição, seja o expediente acompanhado de cópias dos protestos hoje formulados pelo autor, do pedido de informações original, das respostas fornecidas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, e das notas taquigráficas da Sessão desta Assembléia realizada no dia 19 de março de 1973.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1973

ERONDY SILVÉRIO".

Era isto, Sr. Presidente, o que nos trouxe à Tribuna, na tarde de hoje. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Apenas para justificar, já que não deu tempo de falarmos durante o Pequeno Expediente a respeito de um pedido de envio de ofício ao Chefe do Serviço de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, pedindo um maior rigor na fiscalização aos cinemas do Brasil.

O nosso Requerimento diz, entre outras coisas, que solicita sejam determinadas rigorosas e urgentes providências, visando disciplinar as atividades dos cinemas. Está se fazendo oportuna a intervenção daquele importante serviço, visando proibir a projeção de trailers de filmes proibidos durante as sessões livres liberadas pela Censura, bem como não se tolerar mais a fixação de cartazes indecorosos nas calçadas públicas. Cenas que atentam contra o pudor público são projetadas inclusive em sessões assistidas por crianças, com grande ênfase para os problemas do sexo. Estas propagandas somente deveriam ser inseridas nas telas quando os espectadores fossem maiores de idade, ou então à noite e não mais durante as matinées como vem acontecendo. Igualmente a colocação de cartazes imorais deveriam ser proibidas, principalmente defronte aos cinemas, porque em geral ficam bem visíveis às pessoas de todas as idades, prejudicando sensivelmente o esforço governamental de preservar as tradições da família brasileira.

Em nome das famílias cristãs, dos pais que se preocupam seriamente com a formação de seus filhos, apelamos ao Senhor Chefe da Censura Federal, visando moralizar esta propaganda atentatória nos cinemas de nosso País.

Temos certeza que as providências haverão de ser adotadas, pois o que se assiste hoje nos cinemas, de forma alguma condiz com os bons costumes da família brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é muito comum, numa matinée ou numa sessão frequentada por crianças ou por jovens, os cinemas exibirem trailers de filmes proibidos, escolhendo, para tanto as piores cenas, porque, quanto mais imoral for a propaganda, parece que maior a frequência às casas de espetáculos; assim é que o cinema brasileiro que hoje procura produzir filmes baseados mais em assuntos do sexo, nós vemos que os próprios trailers são realmente verdadeiro atentado às tradições das famílias cristãs. E chegamos até ainda na tarde de ontem, a encontrar uma mãe saindo do cinema revoltada porque foi para ali, levar o seu filho para ver um desenho animado e depara na tela com as piores propagandas, as propagandas mais pornográficas projetadas na tela, o que negavelmente, vem escandalizar aquela mãe que quer dar boa formação moral para o seu filho. Também, no saguão do cinema nós presenciamos cartazes pornográficos expostos ao público, tentando com isso, atrair grande número de expectadores a estas casas de espetáculos. Vemos o Governo brasileiro apreendendo revistas estrangeiras consideradas imorais, como a própria revista "Play-Boy", que recentemente teve a sua edição apreendida na alfândega do Rio de Janeiro. Vemos a preocupação do Governo em fiscalizar as rádio-emissoras, a televisão, chegando a suspender apresentadores de televisão como Flávio Cavalcanti por dois meses, por levar ao vídeo, cenas que não condiziam com os bons costumes. No entanto, estamos notando que um setor está sendo esquecido pela Censura, o cinema, frequentado pelas crianças pelos jovens, também pelos homens de idade, mas merece rigorosa fiscalização por parte do Departamento de Censura Federal, evitando que estas propagandas imorais, sejam exibidas nas telas, quando os filmes não forem proibidos e censurados para maiores de 18 anos. Ou então no horário noturno e não mais nos períodos diurnos, nas sessões vespertinas, como ocorre nos cinemas brasileiros. É realmente de escandalizar uma mãe que leva um filho seu, para ver por exemplo um desenho de Walt Disney e encontrar cenas tão chocantes nas telas e isso não tem acontecido somente aqui no Paraná, mas em outras partes do território brasileiro. Gostaria que houvesse uma disciplina, uma fiscalização mais severa para mostrar que realmente, a Censura não está preocupada tão somente com o rádio, a televisão, ou mesmo com canções que gravam canções, mas que está também atenta para este problema que é o abuso dos cinemas. Porque o que estamos vendo é que nas cenas mostradas cada um procura mostrar uma mais escandalosa que a outra, para que as casas de espetáculos estejam cada vez mais repletas de expectadores. Somente a Censura Federal tem condições, tem as leis nas mãos, para coibir estes abusos que se verificam em todo o Brasil.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Antônio Belinati, gostaria também que esta liberalidade que V. Exa. destaca na Tribuna por parte da Censura Federal, se estendesse democraticamente, com toda a liberdade, aos pronunciamentos de estudos econômicos, aos pronunciamentos emitidos por líderes nacionais, a respeito da verdadeira situação do País, em que são semanalmente, diariamente censurados os órgãos de maior divulgação deste País inclusive, ocupando a Tribuna na última semana tivemos a oportunidade de relatar um acontecimento verificado no jornal "O Estado de São Paulo" que havia impresso em sua 4.ª página da última 4.ª feira, pronunciamento feito pelo Nobre Deputado Muggiati Filho e que ainda em sua impressão foi devidamente censurada e sua publicação proibida.

Portanto, o que nós gostaríamos isto sim é que se desse ao povo brasileiro a necessária noção de se saber o que deve ser lido e o que deve ser assistido e que a Censura deixasse ao arbítrio do nosso povo e não adotasse atitudes de liberalidade num setor e em outro usasse de uma liberalidade que realmente não pode merecer os aplausos de um país civilizado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado Ilustre Líder. Os próprios pronunciamentos políticos quando são levados à imprensa tendo alguma importância, passam pelo crivo da Censura e às vezes, acabam sendo impedidos de qualquer divulgação.

Os escritores, também hoje, tem suas obras censuradas previamente. Vemos portanto, que a Censura está agindo com grande rigor em vários setores da vida nacional e dando uma liberalidade realmente perigosa para os cinemas de todo o Brasil.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Queremos nos congratular com V. Exa. por representar esta Casa na posse do Sr. Hector Campora, Presidente da Argentina. V. Exa. estará, naturalmente, com a sua presença divulgando e esposando o pensamento do povo brasileiro na posse do mais alto mandatário argentino.

Em segundo lugar quero me congratular também com V. Exa. pelo Requerimento que apresenta; porque o que é estranhável é que os filmes, antes de serem exibidos, pelo menos vêm com o carimbo da Censura Federal e não si por que, os trailers também não têm este mesmo carimbo da Censura Federal ao serem exibidos.

Os próprios jornais passam pela Censura Federal.

Acho que é uma lembrança oportuna de V. Exa. uma advertência que deve ser feita a fim de que não só os jornais, não só os filmes, mas que também os trailers passem pela mesma censura evitando desta maneira constrangimento da família cristã brasileira, ao assistir realmente cenas que não condizem com a moral brasileira.

Portanto, desejo congratular-me com V. Exa. e com o Requerimento que ora apresenta a esta Casa e que tenho absoluta certeza será aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Obrigado Ilustre Deputado Olavo Ferreira pela sua solidariedade como homem cristão e também como pai de família, sempre preocupado com assuntos de grande seriedade e também com os destinos da nossa juventude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era esse o nosso pronunciamento e temos certeza de que sendo aprovado pela Assembleia, o nosso Requerimento, a Censura Federal, em Brasília, haverá de tomar as devidas providências, para evitar que estas cenas tão chocantes e danosas para a mente da nossa juventude continuem a ser mostradas, não apenas sobre sexo, mas sobre banditismo e sobretudo nas portas e nas vitrines dos cinemas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nem sempre nós, Deputados da situação, podemos vir à Tribuna para nos congratularmos com pronunciamentos de Deputados da Oposição. No entanto, hoje, gostosamente, assomamos à Tribuna para ratificar aquilo que disse o Deputado Antônio Belinati, em seu discurso desta tarde.

Srs. Deputados, é preciso que clamemos enquanto é tempo, porque pela maneira como se está formando a mentalidade atual, do século XX, vai chegar o dia, em que ir a uma Tribuna e reclamar que a Censura não está sendo severa, vai fazer com que sejamos tachados de "quadrados" porque, dissemos, formou-se uma consciência nova. Hoje nos campos de futebol a torcida em coro, às vezes de 5 a seis mil pessoas, adota o palavrão para atacar um Juiz, demonstrando seu descontentamento contra o árbitro em campo. E não é só no futebol que se está introduzindo a pornografia. Vivemos num mundo onde tudo leva ao sexo, onde parece que há um total deturpamento da mente humana.

Começou pelo Teatro. A princípio os palavrões chocavam, mas hoje parece que se a peça não tiver pornografia não tem condições de bilheteria. E triste termos que reconhecer isto.

Agora mesmo destacamos um trabalho do Juizado de Menores de Curitiba que começou a fazer censura em ambientes noturnos escuros, onde o número de menores que frequentava o ambiente era assustador. Louvável a atitude do Juizado de Menores. Havia sido deixado este trabalho à cargo da Delegacia de Menores mas, não sabemos por que, o trabalho sofrera solução de continuidade. Então o Juiz da Vara de Menores resolveu que o Juizado exercesse esta censura. Srs. Deputados, vejamos os cidadãos que hoje saem do País e viajam pela Europa, o que vêm contando o que não acontecia lá nos ambientes noturnos, o que assistem e é algo que preocupa. Se nós, homens Representantes do público, que temos uma Tribuna para debater, para lutar, para impedir que a degeneração tome conta deste País, não tomarmos uma atitude, parece que acabaremos no mesmo grau dos países europeus que se dizem tão avançados, tão civilizados.

Por isso, estamos apoiando o discurso do Deputado Antônio Belinati e temos certeza de que este apoio não é apenas deste integrante da ARENA, mas de toda a Bancada.

Tem muita razão o Deputado Antônio Belinati quando fala do que está acontecendo nos cinemas porque a Censura muitas vezes faz com que um filme proibido para menores de 18 anos seja exibido apenas em sessões onde os jovens apresentem sua carteira provando sua idade, no entanto num trailer desse mesmo filme, onde há cenas impressionantes, porque o trailer tem de demonstrar o que o filme tem de mais chocante, porque caso contrário, deixaria de ser atração, para que os assistentes compareçam à sessão noturna. Mas esse filme proibido, tem o trailer exibido numa sessão livre.

Se a atenção para isso não for chamada, se nós, Deputados, não formarmos ao lado dos bem intencionados, que apontam esses erros, qualquer dia não sabemos onde chegará o cinema. É lamentável, como dissemos, que a mentalidade esteja se formando para isso. Agora mesmo realizou-se uma ginástica aqui em Curitiba, da qual participaram inúmeros jovens. Pois passem os Srs. Deputados, mas em alguns automóveis onde estavam escritas palavras enormes, relativas as equipes que participavam, estavam escritos também nomes pornográficos, que nós não temos o direito nem a coragem de repetir aqui nesta Tribuna. No entanto, esses nomes estavam escritos em automóveis, para que qualquer pessoa na rua os lesse.

É um absurdo, a Censura não pode permitir essa tendência a degradação. Daí porque ocupo a Tribuna no dia de hoje...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acompanho com atenção o discurso de V. Exa. Sei que o problema vem sendo debatido há algum tempo, e o próprio Deputado Erondy Silvério acaba de me informar que o mesmo tema já teria sido objeto de conservação entre ambos, há dias atrás. Todavia, percebi que V. Exa., em algum momento de seu pronunciamento, diz que quanto maior o apelo, mais as casas de espetáculos cinematográficos recebem mais público.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Quero ver se compreendo o aparte de V. Exa. V. Exa. disse "quanto mais se apela". V. Exa. se refere a "apelo", no sentido moderno, o neologismo que é usado agora? Quer dizer o cinema apela para a pornografia para quadros chocantes e maior é o número de assistentes.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Então V. Exa. concorda que o seu pensamento era: quanto mais apelo aos instintos, mais frequência?

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Quer dizer, o cinema procura atrair, mostrando nos trailers as cenas mais chocantes. Porque aos exibidores parece que um trailer água com açúcar não atrai ninguém ao cinema. Sou contra a exibição de trailers chocantes, com cenas fortes, exibidos em sessões livres.

O Sr. Luiz Roberto Soares — De onde se conclue que o público adere?

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. acha correto que numa sessão livre, mostre-se cenas chocantes dessa natureza, para que isso seja atração? Vou deixar V. Exa. me apartear, para ver se entendo seu raciocínio.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Estou indagando de V. Exa., para partir de uma premissa comum, para podermos dar encaminhamento mais ou menos reto ao problema. Perguntei se é verdadeira a premissa de que quanto mais chocante o espetáculo, mais...

O SR. ARTHUR DE SOUZA — O que eu quis dizer, é que a intenção do exibidor é esta. Não quis dizer que o povo responde a isso frequentando o cinema. O exibidor procura mostrar as cenas mais chocantes de um filme proibido num trailer apresentado numa sessão livre.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Na opinião de V. Exa., as cenas chocantes atraem mais ou menos público?

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Isso no entender do exibidor.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado é evidente que a censura permite. Se não me falha a memória foi o Sr. Deputado Lopes Júnior que trouxe a informação a esta Casa, de que um grande filme foi projetado num dos cinemas da Capital, por sinal educativa, e lá se viam apenas vinte ou trinta pessoas e num outro cinema onde passavam um filme pornográfico a casa estava lotada de público. São as pessoas condicionadas a certas situações, como o caso do jogo. Se o Governo permitir o jogo do bicho vamos ter inúmeras pessoas jogando no bicho; se permitir o Governo a abertura de cassinos, haverá muita gente que deixará de ir trabalhar, de cumprir o seu dever para ir ao cassino. Cabe portanto, ao Governo, assim como tem o povo controlado, assim como o próprio político em seus pronunciamentos responde pelo que diz, deve fazer uma censura no cinema para o lado bom, para o incentivo da parte construtiva porque, caso contrário, haverá o dia em que os grandes filmes pesaparecerão, dando lugar aos filmes que no fundo não tem nada de educativo.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Respondendo ao aparte do Nobre Deputado Luiz Roberto Soares que perguntou se entendia que essas cenas atraem mais público, tenho a dizer que a resposta é positiva. O povo é atraído pelo "belo horrível". Muitas vezes quando há um desastre horrível certas pessoas vão ver como está a pessoa, às vezes é um cadáver desfigurado, apesar de ficarem duas ou três noites sem dormir. Muitas vezes uma pessoa vai ao cinema e passa um trailer com cenas chocantes, essa pessoa fica curiosa em assistir o filme. Se não soubesse, se não visse essas cenas não teria, talvez curiosidade de ver determinados filmes.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa. deu a resposta adequada. Freud já dizia que todos temos uma atração pelo "belo horrível". É uma manifestação de sadismo, de masoquismo.

Mas Freud e seus seguidores entendem que a repressão é exatamente o estado que leva à exasperação popular.

Eu, que filosoficamente, sou contra qualquer tipo de censura, pois acho que a deve ser feita pelo próprio povo cada um de nós deve fazer a sua própria censura, fico um pouco embaraçado em relação ao tema porque acredito muito mais nocivo que trailers, eventualmente pornográficos, a alienação maciça provocada pelos Canais de televisão no Brasil.

Os programas, de domingo, tira proveito do burlesco, de cenas muito mais rízes e muito mais nocivas que propriamente o cinema. Dos meios de comunicação da atualidade o que acolhe maior número de público, é a televisão. Ela tem muito mais força de penetração e atinge muito maior público que o cinema.

Não quero com isto legitimar possíveis ou eventuais trailers que façam algum apelo aos instintos. Quero, isto sim, achar que é mais grave a deseducação, a alienação provocada pelos Canais de televisão no Brasil, mais grave que o problema, por exemplo, de distribuição de rendas. Este é um problema que, na minha opinião, não tem a extensão e nem o alcance que se quer dar.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço, mas entendo, opinião pessoal minha...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Também a minha.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — ... que a Censura deve estar em toda a parte hoje em dia, quando estamos sendo ameaçados por essa introdução da pornografia na vida brasileira, esta pornografia que, como já dissemos, já tomou conta de tantos países estrangeiros de alto índice de civilização.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Então vamos às raízes das coisas. O apelo é exatamente maior, na medida que for a sociedade de consumo. Então nós temos que chegar num ponto radical e que seja realmente a base sobre a qual nós construiremos o nosso raciocínio. Por que há apelos? Para que se frequente mais os cinemas evidentemente, senão, não fazia sentido; frequentando-se mais o cinema, maior a receita, é uma decorrência natural do sistema de sociedade de consumo. Não há, como fugir: ou se altera a sociedade de consumo — e com isso, no momento, me parece que ninguém está muito preocupado — ou então temos que fazer o jogo dela.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Acontece uma coisa: V. Exa. diz que é contrário a qualquer tipo de censura, mas, acredite, a formação do jovem, ela tem fases e um menino de 12 anos, de 15, de 16 não pode ter o mesmo discernimento já alcançado por uma mente mais madura de um jovem de 20 anos ou mesmo 18, que tenha já mais escola da vida, porque esta escola é indiscutivelmente a melhor do mundo; de maneira que se não houver uma censura, se este menino começar quando o seu conhecimento ainda é parco, e ver de tudo o que há no mundo inclusive o lado negro, ele talvez não chegue a apriorizar a sua mente, ele vai trazer uma escola de caminhos escuros que talvez venham prejudicar a sua formação moral.

É este o nosso entendimento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. pode ter razão, todavia, eu me afino mais com a linha freudiana, eu acho que no momento que há repressão, nessa fase, essa repressão inevitavelmente vai ter repercussão negativa numa fase posterior. Eu acho que a repressão na época da juventude, qualquer que ela seja, vai desaguar em manifestações psicopáticas de qualquer natureza, posteriormente. Eu entendo que esta, me parece, é a linha mais científica do problema. Todavia, não acho que a opinião de V. Exa. esteja totalmente desfundamentada.

É apenas uma colidência de pontos de vista.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Arthur de Souza, eu ouvi as considerações de V. Exa., bem como do Nobre Deputado Antônio Belinati e agora as do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Eu apenas gostaria, a propósito dessa reivindicação de mais censura, lembrar a V. Exa. que, a Dinamarca, considerada assim um espécie de pátria da literatura pornográfica, lembrar que lá na Dinamarca está agora proclamada para o mundo — isto estatisticamente — que a liberação da pornografia implicou na queda do seu consumo. Enquanto não houve essa liberação e a pornografia era vendida clandestinamente, porque o comércio clandestino, ninguém vai impedir, e também a propósito quero discordar do Nobre Deputado Antônio Belinati quanto à liberação do jogo do bicho porque o Governo fez muito pior, transformou a loteria esportiva em jogo do bicho, e convocou o povo a jogar à tarde, jogar de manhã, mas, quero apenas lembrar a V. Exa. que a censura não foi o melhor caminho para a Dinamarca, a liberação foi justamente o caminho encontrado para a queda do comércio do material pornográfico, e eu não acredito, sinceramente, em matéria de medida legal, que é esta que V. Exa. propõe, o recrudescimento da censura, vin-

do trazer resultados positivos. Não, vai determinar um maior consumo, pois garantir a V. Exa.

A medida legal existe, nem sempre atinge a finalidade. A que o legislador se propõe é justamente o contrário.

Apenas para lembrar a V. Exa. o episódio: nos Estados Unidos, o rapto se desenvolveu, tornou-se uma calamidade pública. Não era unido com a pena de morte — o sequestro, a fim de se obter dinheiro em troca da liberação do sequestrado. O americano o que fez? — Criou a pena de morte para o sequestro. Pois bem. Não diminuiu o número de sequestros, o que tornou pior — o sequestrador matava o sequestrado porque pelo sequestro estaria condenado à morte, e também por matar estaria condenado à morte e ele poderia morrer uma vez, então eliminando a sua vítima diminuía a possibilidade de ser reconhecido.

Aquilo que eles fizeram com o sentido de diminuir a incidência do crime, determinou o contrário: não houve a diminuição e passou-se sistematicamente a matar a vítima, a fim de evitar o posterior reconhecimento, porque sequestrando era condenado à morte, matando também era condenado à morte, e a pessoa só pode morrer uma vez. Veja V. Exa., está aí o exemplo da Dinamarca, eu acho que a censura não é o caminho certo, acho que justamente como meio natural, são fases como disse o Deputado Luiz Roberto Soares, é uma fase quase que da própria civilização de consumo, e que hoje graças na Europa e que são justamente os países mais desenvolvidos, e que nós almejamos até atingir um estágio de civilização e de crescimentos daqueles países, e eles que cresceram e se desenvolveram não puderam fugir a esta realidade. Eu confesso a V. Exa. que não é a censura no meu entendimento, o melhor caminho, nós já somos censurados nas coisas sérias, vamos ser censurados também na música, já não se pode tocar livremente, no rádio; Chico Buarque de Holanda é censurado diariamente. Discursos que falam em problemas nacionais também é matéria da alta preocupação da censura. E nesse, V. Exa. não se preocupa, não porque estão tão excessivamente dedicados ao problema de censura da pornografia, que relacionava o periódico alemão (Derris Piquel?), ninguém sabe porque, os órgãos se dedicam à publicação de pornografia. A imprensa alemã teve uma série de dificuldades para liberar o jornal, até explicar que aquilo não era. Porque eles entenderam pelo título, já os censores são muito cultos, que se tratava de uma revista pornográfica. Está publicado na imprensa desta semana e houve uma celeuma tremenda para se liberar o jornal. Então aconselho de V. Exa. tem umas passagens da bíblia, que eles são capazes até de censurar também a bíblia também. Porque eu entendo totalmente diverso de V. Exa., acho que esta conceitualização formal de moral não é o caso. Acho que a liberação é o caminho natural da supressão, vamos dizer de uma etapa, de um processo pelo meio natural. São aspectos que a questão provoca e acho que também merece ser considerados dentro de todos eles. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao Nobre orador, que faltam dois minutos para o término do Expediente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Apenas para concluir o meu desejo, eu gostaria de dizer que as implicações de um debate que está se travando hoje, provocaria um alongamento nosso na Tribuna. Porque há que ser estudado o lado negativo e o lado positivo. Se V. Exa. cita este lado eu citaria o seguinte. Que na Dinamarca, o número de crimes aumentou consideravelmente, depois que a Dinamarca entrou por este terreno de crimes, os mais bárbaros, os mais hediondos. S. V. Exa. se detiver na análise dos fatos sociológicos da Dinamarca verá, que aquele país hoje, é digno até de pena por parte de outros países, é o que está acontecendo na violência da mocidade. Mas Srs. Deputados, nós estamos com o tempo esgotado e acreditamos, somos os que entendemos que não se pode liberar assim, que este livre arbítrio para um menino de 12, 13 anos, que vai às matinês, e que ainda precisa ter ilusões da vida, e que não pode, já tão cedo encontrar com os quadros mais chocantes porque isso causa traumas na sua formação, nós somos entendedores que esta censura muito longe de ser nociva ela é benéfica. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Borsari Neto e Maurício Fruct, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37-73, que altera artigo da lei que regula o FUNRESPOL. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — O art. 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido seu § 1.º:

"Art. 1.º — Fica criado o Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL, com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Polícia Civil do Estado".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Basílio Zanusso — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que cria na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no Bairro Rio da Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32-73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5-11-63

e 54-63, do mesmo ano e artigo 2.º, da Lei 5.155, de 16-65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Com Substitutivo, em regime de urgência. **Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19-73, ex-Proposição n.º 20-73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações de FUNRESPOL e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. Em Regime de Urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-73, ex-Proposição n.º 22-73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.P. **Em Regime de Urgência: Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-73, ex-Proposição n.º 73-73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos municípios aqui especificados. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 282-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

(2ª) Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio constitui o primeiro passo importante na vida de um jovem. Contudo a conclusão desse curso, apenas lhe proporciona uma visão melhor do mundo, uma compreensão de sua luta, e oferece-lhe uma satisfação pessoal. Todavia, para que possa ter um instrumento hábil de trabalho, é indispensável prosseguir nos estudos.

Tendo em vista os rumos que o mundo hodierno vem tomando, julgamos que a mais adequada forma de oferecer ao brasileiro de amanhã, um instrumento capaz de lhe dar maiores oportunidades é realmente o técnico.

Por esta razão propomos uma criação de um estabelecimento comercial do Estado na cidade de São João do Caiuá, que atenderá uma numerosa população que sai dos bancos girasiais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 282-70

Autor: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento, de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efeitos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 Sistema Estadual de Ensino. — data vênua aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio, a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado, a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971

(2ª) Wilson Brandão — Presidente

Igo Ivant Lesso — Relator

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Cândido M.M. Oliveira

Sebastião Rodrigues

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 282-70

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo.

PARECER

Criar escolas é uma necessidade que demanda atendimento, mormente em se tratando de escolas no interior do Estado. Como se trata de mera autorização, somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

(2ª) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, como específica.

PARECER

1) — Pretende o autor do presente plano de lei a criação da Escola Comercial de São João do Caiuá, para funcionamento no próximo ano letivo.

2) — O ensino comercial deve ser difundido no interior do Estado para o melhor aproveitamento do potencial estudantil existente na região central do Paraná.

3) — Desta forma, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

(2ª) Antônio Lopes Junior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285-70, de autoria do Dep. Olivir Gabardo, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com Emenda — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 285-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, na Vila Planta Capão Raso, nesta Capital, para funcionar a partir do ano letivo de 1971 no período noturno.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1970.

(a) Deputado Olivir Gabardo

JUSTIFICATIVA:

A Planta Vila Capão Raso, situada no Bairro do Pinheirinho, vem apresentando um dos mais altos índices de crescimento demográfico entre os bairros de Curitiba, estando o Grupo Escolar João Loyola funcionando em três turnos ininterruptos formando centenas de alunos a cada ano.

Tendo em vista que a Planta Vila Capão Raso, no Bairro do Pinheirinho, fica distante do centro, e o Ginásio mais próximo fica no Bairro do Novo Mundo, nada mais justo que se crie um ginásio naquele Bairro, tendo em vista que cerca de 300 alunos são obrigados a se deslocarem para o centro ou outros pontos da Cidade para poderem cursar o primeiro ciclo do curso médio.

Após estas justificativas, esperamos que os nobres Pares com assento nesta Colenda Assembléia Legislativa aprovem o nosso Plano de Lei, que em muito beneficiará os moradores daquele Bairro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 285-70

AUTOR: — Deputado Olivir Gabardo

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola nesta Capital e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o MOBIL, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura."

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o entendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza — Acyr José — Muggiati Filho — Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira — Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

ONDE SE LÊ:

"a partir de 1971,

LEIA-SE:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 285-70

AUTOR: Deputado Olivir Gabardo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital e dá outras providências.

P A R E C E R:

A Justificativa do Autor, nos convence da necessidade da medida pleiteada, razão pela qual nosso Parecer é pela aprovação do Projeto e da Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima — Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 285-70

AUTOR: Dep. João Olivir Gabardo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, na Vila Planta Capão Razo, como especifica.

P A R E C E R:

1.) Pretende o autor do presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar um ginásio, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, para funcionamento no próximo ano letivo, no período noturno.

2.) É necessário que o Estado dê condições aos estudantes de prosseguirem seus estudos em grau médio, razão porque somos pela aprovação do projeto em tela.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio em Jardim Alvorada, Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio, no Jardim Alvorada, em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971

a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do mais populoso bairro da cidade de Maringá. E, além disso, a concretização desta iniciativa permitirá o aproveitamento da mocidade estudantil de Vila Moranguera, Vila Santo Antonio, Moranguierinha e a maior parte da zona rural do Município. Atualmente os alunos têm que estudar no Ginásio Gastão Vidigal e Vital Brasil, em pleno Centro da Cidade, portanto dificultando acesso, facilidades de matrículas. Convém salientar que desde o Governo do Sr. Moysés Lupion, Maringá só teve construído um Ginásio, o Gastão Vidigal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 167-71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio, em Jardim Alvorada, em Maringá, na forma e como especifica.

PARECER:

1.) A iniciativa foi elaborada em que dispõe o Regimento Interno, eis que vem articulada e justificada.

2.) Trata-se de simples autorização legislativa, e, por outra parte, não fere qualquer preceito de ordem legal e constitucional.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3.) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Lesso — Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Cândido M. de Oliveira

PROJETO DE LEI N. 167-71
COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar um ginásio em Jardim Alvorada, cidade de Maringá.

PARECER:

O presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Mancel — Relator

Santos Lima — Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 167-71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio, no Jardim Alvorada, Maringá.

PARECER

1.) Visa o Presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar no Jardim Alvorada, Município de Maringá, um Ginásio Estadual.

2.) Cabe ao Estado a instrução de seus governados, por isso nada mais justo que crie e mantenha escolas e ginásios em seus municípios, principalmente, naqueles em que o desenvolvimento se afigura mais promissor

3.) Assim sendo, somos pela aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 3-4-73

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 19-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora de Fátima", com sede na Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 19-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Deputado Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Nossa Senhora de Fátima" foi fundada em Londrina a 18 de outubro de 1965, e tem por finalidade assistir a criança, sem distinção de cor, nacionalidade ou religião, e em particular a criança pobre.

Pelo Estatuto, em anexo, verifica-se que a entidade preenche plenamente os requisitos legais exigidos pela legislação para que venha a ser declarada de utilidade pública.

Nestas condições, estamos certos que o presente projeto de lei merecerá ser acolhido pelos nobres colegas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 19-73

PARECER

1.) Pretende o nobre Deputado Lázaro Dumont, por intermédio do presente plano de lei, declarar de utilidade pública a Creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede e foro na cidade de Londrina.

2.) Referida proposição, está de acordo com o que dispõe a legislação que regulamentar a matéria, donde se conclui que a mesma preenche os seguintes requisitos: a) — que estão funcionando e servem desinteressadamente a coletividade; b) — que adquiriram personalidade jurídica e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3.) Dada as considerações expostas e pela justiça de que se reveste o projeto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

aa) Antônio Franco F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Quêlse Crisóstomo da Silva — Relator

Antônio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 20-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Semíramis Braga", com sede na Cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 20-73

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche "Semíramis Braga" com sede na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Deputado Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A Creche Semíramis Braga foi fundada em 11 de novembro de 1965, na cidade de Apucarana, tendo como finalidade a assistência à criança, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade ou religião, e, particularmente à criança pobre, ou filhos de mães que trabalham fora do lar.

Os membros da sua diretoria não são remunerados, e o Estatuto da entidade está devidamente registrado no Cartório competente, conforme consta da documentação anexa.

Assim, esperamos contar com o valioso apoio dos nobres pares na aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 20-73

AUTOR: Dep. Lázaro Dumont

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Creche "Semíramis Braga" com sede na cidade de Apucarana.

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, visa declarar de Utilidade Pública a Creche "Semíramis Braga", com sede na cidade de Apucarana.

A entidade enfocada tem por objetivo prestar assistência à criança, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade ou religião, e, particularmente à criança pobre, ou filhos de mães que trabalham fora do lar.

A mesma tem o seu Estatuto devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente, conforme consta da documentação anexa, e os membros da sua Diretoria não são remunerados, conforme determina a Lei que regula a matéria.

Destarte, opina pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues — Antônio Lopes Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 21-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, declara de Utilidade Pública a União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", com sede na Cidade de Marialva. Pareceres favoráveis da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 21-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", com sede em Marialva.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Deputado Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", foi fundada em Marialva, em data de 15 de agosto de 1968, com o intuito de prestar auxílios nos setores sanitário, cultural e social.

O seu Estatuto está devidamente regularizado, com a publicação no Diário Oficial do Estado e registro no Cartório competente da Comarca

Assim, se acham preenchidas as exigências legais para que esta Casa venha aprovar o presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 21-73

PARECER

1. O presente Plano de Lei, de autoria do Ilustre Deputado Lázaro Dumont, visa declarar de utilidade pública a União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", com sede e foro na cidade de Marialva.

2. Referida proposição preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria, que são os seguintes:

- a) — que adquiriram personalidade jurídica;
- b) — que estão em efetivo funcionamento e;
- c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3. Pela oportunidade e justiça de que se reveste o projeto e não havendo qualquer impedimento de ordem constitucional ou legal, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Antônio Lopes Júnior — Ivo Thomazoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 57-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 37-73, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões quinhentos e dezesséis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MEMORIA
37-73

Senhor Presidente:

Curitiba, 11 de abril de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesséis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Paraná, instituída pela Lei n. 6.316, de 20 de setembro de 1972.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, tal crédito orçamentário, virá ensejar condições a fim de que o Instituto de Terras e Cartografia, órgão recentemente criado e instalado, possa contar, no corrente exercício, com programação financeira adequada, para assegurar ao referido Instituto um perfeito desempenho de suas reais finalidades.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n. 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), para atender despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., instituída pela Lei n. 6.316, de 20 de setembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação: ORGAO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO UNIDADE: GABINETE DO SECRETÁRIO — ENTIDADES SUPERVISIONADAS PROGRAMA: COLONIZAÇÃO ATIVIDADE: PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ — I.T.C.

2.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	Cr\$	3.674.974,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.5 — Fundações Instituídas pelo Poder Público	Cr\$	3.674.974,00
01 — Pessoal	Cr\$	1.952.625,00
03 — Outros Custeios	Cr\$	1.523.941,00
06 — Salário Família	Cr\$	38.409,00
07 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$	160.500,00
4.6.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	Cr\$	841.048,00
4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	Cr\$	841.048,00
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos Instalações	Cr\$	202.757,00
4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente	Cr\$	33.291,00
4.3.7.0 — Contribuições Diversas	Cr\$	805.000,00
4.3.7.4 — Diversas	Cr\$	605.000,00
04 — Outras Contribuições	Cr\$	605.000,00
T O T A L	Cr\$	4.516.022,00

Art. 2.º — Como recursos para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 57-73

SÚMULA: Mensagem n. 37-73, do Poder Executivo, encaminhando para os fins constitucionais, anteprojeto de Lei que objetiva abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil cruzeiros e vinte e dois cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, instituída pela Lei n. 6.316 de 20 de setembro de 1972.

PARECER

A Proposição ora em exame por esta Comissão, tem suas raízes na Mensagem Governamental n. 37-73, encaminhando para os fins constitucionais, anteprojeto de Lei que objetiva abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros) destinado ao atendimento de despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, instituída pela Lei n. 6.316, de 20 de setembro de 1972.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto do presente Plano de Lei, é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, tal crédito orçamentário, virá ensejar condições a fim de que o Instituto de Terras e Cartografia, órgão recentemente criado e instalado, possa contar, no corrente exercício, com programação financeira capaz de assegurar ao referido Instituto um perfeito desempenho de suas reais finalidades, justifica a referida Mensagem.

A iniciativa e oportunidade estão conforme os requisitos e imperativos da Constituição.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973

(As. Illegível — Presidente)
Erendy Silvério — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: "Projeto de Lei n.º 57/73 — Mensagem Governamental n.º 37/73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná".

PARECER

1. Tratam os Autos de projeto de lei n.º 57/73, originado através da Mensagem Governamental n.º 37/73, encaminhando anteprojeto de lei que abre

crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, conforme especificado na exposição de motivos.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional — Art. 35, da Constituição do Paraná —, que defere ao Poder Executivo a iniciativa de leis que abram créditos, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, e tendo-se em conta o evidente interesse da administração pública e mais o fato de, para o crédito pretendido haver sido obedecido o disposto na Lei Federal 4320 de 14-03-64, não há como negar-se aprovação à matéria.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1973.

Dep. Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente
Dep. João C. Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44/73 encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o código de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 44/73

Curitiba 18 de abril de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá transformar em realidade uma antiga reivindicação dos policiais militares que integram a Polícia Militar do Estado.

O anexo anteprojeto de lei consubstancia o resultado de criteriosos estudos, nos quais foram obedecidos todos os ângulos da Legislação Federal que trata especificadamente da matéria, tendo, inclusive, sido pedida audiência da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão do Ministério do Exército, que examinou detidamente o assunto e cujas sugestões estão incorporadas ao texto.

Vale ressaltar, ainda, que a elaboração do Plano de Lei em questão não que concerne à sua estrutura, conceituações, definições e demais disposições, foi inspirada e guarda grande semelhança com o texto da Lei Federal n.º 5.787, de 27 de junho de 1972, que dispõe sobre o Código de Vantagens dos Militares do Exército Brasileiro.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO MANSUR
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1.º. Este Código regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2.º. Para os efeitos deste Código adotam-se as seguintes conceituações:

- 1) — Comandante Geral — É o título dado ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- 2) — Comandante — É o título genérico, dado ao Policial Militar correspondente ao diretor, chefe ou outra denominação que tenha ou venha a ter aquele que, investido de autoridade decorrente de leis e regulamentos for responsável pela administração, instrução e disciplina de uma Organização Policial Militar;
- 3) — Missão, Tarefa ou Atividade — É o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia;
- 4) — Organização Policial Militar — É a denominação genérica dada ao Corpo de Tropa Repartição, Estabelecimento ou qualquer outra Unidade Administrativa, tática ou operativa da FMPEP;
- 5) — Sede — É todo o território do Município, ou dos Municípios vizinhos, quando ligados por frequentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização Policial Militar considerada;
- 6) — Serviço Ativo — É a situação do Policial Militar da PM capacitado legalmente para o exercício de cargo, comissão, função ou encargo;
- 7) — Cargo, Função ou Comissão — É o conjunto de atribuições definidas por lei, regulamento, ato governamental ou não, ao Policial Militar, em caráter permanente ou não, ao Policial Militar;
- 8) — Encargo — É a missão ou atribuição de serviços cometido a um Policial Militar; e
- 9) — Corporação — É a denominação dada neste Código à Polícia Militar do Estado do Paraná.

TÍTULO II Do Policial Militar em Atividade

CAPÍTULO I Dos Vencimentos

Art. 3.º. Vencimento é o quantitativo mensal em dinheiro devido ao Policial Militar em serviço ativo e compreende o soldo e as gratificações.

CAPÍTULO II Do Soldo

Art. 4.º. Soldo é a parte básica dos vencimentos inerentes ao posto ou graduação do Policial Militar da ativa.

Parágrafo Único — O soldo do Policial Militar é irredutível, não está sujeito a penhora, sequestro ou arresto, se não nos casos especificamente previsto em lei.

Art. 5.º. O direito do Policial Militar ao soldo tem início na data:

- 1) — do ato de promoção;

- 2) — da posse decorrente do ato de convocação, comissionamento ou nomeação por concurso para Oficial PM;
- 3) — do ato de declaração para Aspirante a Oficial PM;
- 4) — do ato de promoção, classificação ou engajamento, para as demais praças PM;
- 5) — da inclusão na PMEP;
- 6) — do ato de matrícula, para os alunos das escolas de formação de Oficiais e Sargentos;
- 7) — do ato de reversão.

Parágrafo Único. Excetuam-se das condições deste artigo os casos com caráter retroativo, quando o soldo será devido a partir das datas declaradas nos respectivos atos.

Art. 6.º. Suspende-se, temporariamente, o direito do Policial Militar ao soldo, quando:

- 1) — Agregado para tratar de interesse particular;
- 2) — Em licença para exercer atividades ou função estranha à PMEP, em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção;
- 3) — Em licença para o exercício de atividade técnica de sua especialidade em organização civil;
- 4) — Em estado de deserção.

Art. 7.º. O direito ao soldo cessa na data em que o Policial Militar for desligado do serviço ativo da PMEP, por:

- 1) — desconvocação, licenciamento, baixa ou demissão voluntária;
- 2) — exclusão, expulsão ou perda do posto ou graduação;
- 3) — transferência para a reserva ou reforma;
- 4) — óbito.

Art. 8.º. O Policial Militar, considerado desaparecido ou extraviado em caso de calamidade pública ou no desempenho de qualquer serviço ou manobra, terá o soldo pago aos herdeiros que teriam direito a sua pensão policial militar.

§ 1.º. No caso previsto neste artigo, decorrido 6 (seis) meses far-se-á habilitação dos herdeiros na forma da lei, cessando o pagamento do soldo.

§ 2.º. Verificando-se o reaparecimento do Policial Militar, e apuradas as causas de seu afastamento, caber-lhe-á, se for o caso, o pagamento da diferença entre o soldo a que faria jus se tivesse permanecido na ativa, e a pensão recebida pelos herdeiros.

Art. 9.º. O Policial Militar no exercício de cargo, comissão ou função, cujo desempenho seja privativo do posto ou graduação superior ao seu, percebe o soldo daquele posto ou graduação.

§ 1.º. Quanto na substituição prevista neste artigo, o cargo, comissão ou função for atribuição de mais de 1 (um) posto ou graduação ao substituto cabe o soldo correspondente ao menor deles.

§ 2.º. Para os efeitos no disposto neste artigo, prevalecem os postos e graduações, correspondentes aos cargos, comissões ou funções estabelecidas em lei, regulamento, regimento interno, quadro de organização e distribuição de efetivo ou lotação nesta ordem.

§ 3.º. O disposto neste artigo não se aplica às substituições:

- a) — por motivo de férias, gala, nójo e outras dispensas até 30 (trinta) dias.

Art. 10. O Policial Militar receberá o soldo do seu posto ou graduação quando exercer cargo, comissão ou função atribuídos, indistintamente, a 2 (dois) ou mais postos ou graduações e possuir qualquer destes.

Art. 11. O Policial Militar continuará com direito ao soldo do seu posto ou graduação em todos os casos não previstos nos artigos 6.º e 7.º deste Código.

CAPÍTULO III Das Gratificações

Art. 12. Gratificações constituem a parte dos vencimentos atribuída ao Policial Militar, como estímulo por atividades profissionais e condições de desempenho peculiares, bem como, pelo tempo de permanência em serviço.

Art. 13. O Policial Militar, pelo efetivo exercício de suas funções fará jus às gratificações seguintes:

- 1) — gratificação de tempo de serviço;
- 2) — gratificação de função policial militar;
- 3) — gratificação de localidade especial.

Art. 14. Suspende-se o pagamento das gratificações ao Policial Militar:

- 1) — nos casos previstos no artigo 6.º deste Código;
- 2) — no cumprimento de pena igual ou menor de 2 (dois) anos decorrentes de sentença transitada em julgado;
- 3) — em licença por período superior a 6 (seis) meses, para tratamento de saúde de dependente;
- 4) — em licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, por conta própria;
- 5) — que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento de serviço;
- 6) — afastado das funções por incompatibilidade profissional ou moral, nos termos das leis e regulamentos militares, e policiais militares;
- 7) — no período de ausência não justificada;
- 8) — o Policial Militar quando em licença especial perderá a gratificação de item 3 (três) do artigo anterior.

Art. 15. O direito às gratificações cessa nos casos do artigo 7.º deste Código.

Art. 16. O Policial Militar, que por sentença passada em julgado for declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, terá direito às gratificações que deixou de perceber no período em que esteve afastado do serviço.

Parágrafo Único. Do indulto, perdão ou livramento condicional não decorre direito do Policial Militar a qualquer remuneração a que tenha deixado de fazer jus por força do dispositivo deste Código ou de legislação específica.

Art. 17. Aplica-se ao Policial Militar desaparecido ou extraviado, quanto às gratificações, o previsto no artigo 8.º e seus parágrafos.

Art. 18. Para fins de concessão das gratificações tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o Policial Militar, ressalvado o caso previsto no artigo 9.º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função, eventualmente desempenhados.

SEÇÃO I

Das Gratificações de Tempo de Serviço

Art. 19. A gratificação de tempo de serviço é devida ao Policial Militar:

- I — de cinco em cinco anos de exercícios, cinco por cento, até completar vinte e cinco por cento;

II — ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º. A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para cálculo dos proventos dos inativos e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos e proventos.

§ 2.º. O direito a gratificação começa no dia seguinte em que o Policial Militar completar cada quinquênio ou ano excedente aos 30 (trinta), por ato do Comando Geral e reconhecido mediante publicação em boletim do Órgão de Pessoal ou da Organização Policial Militar.

SEÇÃO II

Da Gratificação de Função Policial Militar

Art. 20. A gratificação de Função Policial Militar é atribuída ao Policial Militar pelo efetivo desempenho de atividades específicas do Corpo ou Quadro, na forma do estabelecido nesta Seção.

Parágrafo Único. A gratificação de que trata este artigo é classificada em 2 (duas) categorias: I e II.

Art. 21. A gratificação de Função Policial Militar — categoria I — é devida ao Policial Militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, com os percentuais a seguir fixados:

- 1) — 25% (vinte e cinco por cento) do soldo.
Curso — Superior de Polícia.
- 2) — 20% (vinte por cento) do soldo.
Cursos — de aperfeiçoamento ou equivalentes.
- 3) — 15% (quinze por cento) do soldo.
Cursos de Especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes.
- 4) — 10% (dez por cento) do soldo.
Cursos de Especialização de Praças de Graduação inferior a Terceiro Sargento.
- 5) — 10% (dez por cento) do soldo.
Cursos de formação de Oficiais e Sargentos.

§ 1.º. A equivalência dos cursos referidos neste artigo, será estabelecido pelas normas de equivalência de cursos baixados às Polícias Militares pelo Estado Maior do Exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares.

§ 2.º. Somente os cursos com duração igual ou superior a 6 (seis) meses realizados no País ou Exterior, são computados para os efeitos deste artigo.

§ 3.º. Ao Policial Militar que possuir mais de 1 (um) curso, somente, será atribuída a gratificação de maior valor.

§ 4.º. A gratificação estabelecida neste artigo é devida a partir da data de conclusão do respectivo curso.

Art. 22. A gratificação de Função Policial Militar — Categoria II — é devida ao Policial Militar, no exercício de funções em uma das situações definidas nos artigos 23 e 24 deste Código, com os percentuais a seguir definidos:

- § 1.º. Gratificação tipo I — 20% (vinte por cento) do soldo.
- Gratificação tipo II — 15% (quinze por cento) do soldo.

§ 2.º. Ao Policial Militar que se enquadrar simultaneamente em mais de uma das situações referidas nos artigos 23 e 24, somente lhe será atribuído o tipo de gratificação de maior valor percentual.

Art. 23. A gratificação de Função Policial Militar — Categoria II — Tipo I — é devida ao Policial Militar que serve em unidade de tropa da Corporação ou em função de ensino ou instrução em estabelecimento de ensino ou instrução Policial Militar.

Art. 24. A gratificação de Função Policial Militar — Categoria II — Tipo II — é devida ao Policial Militar em efetivo desempenho de funções policiais militares não enquadradas no artigo 23 deste Código.

SEÇÃO III

Da Gratificação de Localidade Especial

Art. 25. A gratificação de Localidade Especial, é devida ao Policial Militar que servir em guarnições ou localidades situadas em regiões inóspitas, seja pelas condições precárias de vida, seja pela salubridade, correspondendo a 10% (dez por cento) do valor do soldo.

§ 1.º. O Poder Executivo, por proposta do Comandante Geral da Polícia Militar, estabelecerá as localidades, que farão jus a gratificação de que se refere este artigo.

§ 2.º. O direito a percepção da gratificação de localidade especial começa no dia da chegada do Policial Militar à localidade especial e termina na data de sua partida.

§ 3.º. Mantém-se o direito do Policial Militar à gratificação de Localidade Especial, nos seus afastamentos de sua Organização Policial Militar, por motivos de serviço, férias, nójo, gala, dispensa de serviço, ou quando hospitalizado ou licenciado por motivo de acidente em serviço ou de moléstia adquirida em consequência da insalubridade da região.

TÍTULO III

Das Indenizações

Art. 26. Indenização é o quantitativo em dinheiro, isento de qualquer tributação, devido ao Policial Militar para ressarcimento de despesas decorrentes de obrigações impostas para o exercício de cargo, comissão, função, encargo ou missão.

Parágrafo Único. As indenizações compreendem:

- a) — diárias;
- b) — ajuda de custo;
- c) — transporte;
- d) — representação;
- e) — moradia; e
- f) — aquisição e conservação de fardamentos.

Art. 27. Para fins de cálculo das indenizações tomar-se-á por base o valor do soldo do posto ou da graduação que o Policial Militar perceber.

CAPÍTULO I

Das Diárias

Art. 28. Diárias são indenizações destinadas às despesas extraordinárias de alimentação e de pousada e são devidas ao Policial Militar durante seu afastamento da Organização Policial Militar a que pertence, por motivo de serviço.

§ 1.º. As diárias compreendem a Diária de Alimentação e a Diária de Pousada.

§ 2.º. A Diária de Alimentação é devida inclusive nos dias de partida e de chegada.

Art. 29. O valor da Diária de Alimentação é igual a um dia de soldo;

- 1) — de Coronel PM, para oficiais superiores;
 - 2) — de Capitão PM, para Capitães, oficiais subalternos e Aspirantes a Oficial;
 - 3) — de Subtenente PM, para Subtenente, Sargentos e Alunos da Escola de Formação de Oficiais;
 - 4) — de Cabo FM para praça de graduação inferior a Terceiro Sargento.
- Art. 30. O valor da diária de pousada é igual ao valor atribuído à diária de alimentação.

Art. 31. Compete ao Comandante da Organização Policial Militar providenciar o saque e o pagamento das diárias a que fizer jus o Policial Militar e, sempre que for julgado necessário, poderá concedê-las adiantadamente, para ajuste de contas quando o pagamento de vencimentos que se verificar após o regresso à Organização Policial Militar, condicionando-se o adiantamento à existência de meios e à reserva dos recursos orçamentários próprios nos órgãos competentes.

Art. 32. Não serão atribuídas diárias ao Policial Militar:

- 1) — Nos dias de viagem, quando no custo da passagem estiverem compreendidos a alimentação e o alojamento ou o pagamento das despesas correrem por conta do Estado;
- 2) — Durante o afastamento da Organização Policial Militar por menos de 8 (oito) horas consecutivas;
- 3) — Cumulativamente com a Ajuda de Custo exceto nos dias de viagem em que a alimentação ou a pousada ou ambas, não estejam compreendidas no custo das passagens; devendo neste caso ser computado somente o prazo estipulado para o meio de transporte efetivamente requisitado;
- 4) — Quando as despesas com alimentação e alojamento forem asseguradas pela Organização Policial Militar à que pertence;
- 5) — Quando destacado em caráter permanente.

Art. 33. Ao Policial Militar em serviço de duração continuada de vinte e quatro (24) horas, estende-se a diária prevista no artigo 29 (vinte e nove) deste Código, desde que sua Organização Policial Militar ou outras nas proximidades do local do serviço não lhe possa fornecer alimentação por conta do Estado.

Parágrafo Único. O Policial Militar, nos dias em que permanecer em serviço nas condições deste artigo, por prazo igual ou superior a 3 (três) horas consecutivas mas inferior a 24 (vinte e quatro) horas, faz jus a metade da diária de alimentação.

Art. 34. No caso de falecimento do Policial Militar, seus herdeiros não restituirão as diárias que ele haja recebido adiantadamente, segundo o artigo 31 (trinta e um) deste Código.

Art. 35. O Policial Militar que receber diárias, quando em deslocamento ou em serviço fora da Sede, indenizará a Organização Policial Militar em que se alojar ou se alimentar de acordo com as normas em vigor nessa Organização.

Art. 36. O Comandante Geral, conforme o caso, baixará instruções regulando o valor e o destino das indenizações referidas no artigo anterior, de acordo com a legislação específica em vigor.

CAPÍTULO II

Da Ajuda de Custo

Art. 37. Ajuda de custo é a indenização para custeio de despesas de viagem, mudança e instalação, exceto as de transporte, paga ao Policial Militar, quando por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandados servir ou estagiar em nova comissão e, ainda quando deslocado com a Organização Policial Militar que tenha sido transferido da Sede.

Parágrafo Único. A indenização de que trata este artigo, será paga adiantadamente, salvo interesse do Policial Militar em recebê-la no destino.

Art. 38. O Policial Militar terá direito à Ajuda de Custo:

- 1) — Quando movimentado para cargo ou comissão cujo desempenho importe em mudança de sede concomitantemente com o deslocamento da Organização onde exerce suas atividades militares, obedecendo o disposto no Art. 39.
- 2) — Quando movimentado para Comissão Superior a 3 (três) meses e inferior a 6 (seis) meses cujo desempenho importe em mudança de sede sem deslocamento de sua Organização, obedecendo o disposto no Art. 39, na ida e na metade dos valores dispostos no mesmo artigo, na volta.

Parágrafo Único. Fará jus também à Ajuda de Custo o militar quando deslocado com a Organização Militar que tenha sido transferido de sede, obedecendo o disposto no Art. 39.

Art. 39. A Ajuda de Custo devida ao Policial Militar será igual:

- 1) — Ao valor correspondente ao soldo do posto ou graduação, quando não possuir dependente;
- 2) — A 2 (duas) vezes o valor do soldo do posto ou graduação, quando possuir dependente expressamente declarado.

§ 1.º. O Policial Militar quando transferido para uma Localidade Especial e de acordo com a classificação da mesma, fará jus, como Ajuda de Custo, além daquela a que tem direito nos termos deste artigo, a uma indenização calculada percentualmente com base no respectivo soldo.

§ 2.º. Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Policial Militar transferido de uma Localidade Especial para qualquer outra Organização Militar.

§ 3.º. O Poder Executivo regulará os valores percentuais da indenização prevista nos parágrafos deste artigo.

Art. 40. Não terá direito a ajuda de custo o Policial Militar:

- 1) — movimentado por interesse próprio ou em operações policiais militares, visando a manutenção da ordem pública;
- 2) — desligado de curso ou escola por falta de aproveitamento ou trancamento voluntário de matrícula, ainda que preencha os requisitos do artigo 37 deste Código.

Art. 41. Restituirá a ajuda de custo o Policial Militar que houver recebido nas formas e circunstâncias abaixo:

- 1) — integralmente e de uma só vez, quando deixar de seguir destino a seu pedido;
- 2) — pela metade do valor recebido e de uma só vez, quando até 6 (seis) meses após ter seguido para nova comissão desta, for a pedido, dispensado, licenciado ou exonerado.

Parágrafo Único. Não se enquadra nas disposições do item 2 (dois) deste artigo a licença para tratamento da própria saúde.

Art. 42. Na concessão da ajuda de custo, para efeito de cálculo de seu valor, determinação do exercício financeiro, estado civil, tabela em vigor, tomar-se-á como base a data de ajuste de contas.

Parágrafo Único. Se o Policial Militar for promovido, contando antiguidade de data anterior à do pagamento da ajuda de custo, fará jus a diferença

entre o valor deste e daquele a que teria direito no posto ou graduação atingido pela promoção.

Art. 43. A ajuda de custo não será restituída pelo Policial Militar ou seus herdeiros:

- 1) — após ter seguido destino, for mandado regressar;
- 2) — ocorrer o falecimento do Policial Militar, mesmo antes de seguir destino.

CAPÍTULO III

Do Transporte

Art. 44. O Policial Militar, nas movimentações em objeto de serviço tem direito a transportes, domicílio a domicílio por conta do Estado, nele compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem.

§ 1.º. Se as movimentações importarem na mudança da Sede do Policial Militar, com dependentes, a estes se estende o mesmo direito deste artigo.

§ 2.º. Quando o transporte não for realizado por responsabilidade do Estado, o Policial Militar será indenizado da quantia correspondente às despesas decorrentes dos direitos a que se refere este artigo e seus parágrafos 1.º e 2.º.

§ 3.º. O Policial Militar da ativa terá direito ainda a transporte por conta do Estado, quando tiver de efetuar deslocamento fora da Sede de sua Organização Policial Militar, nos seguintes casos:

- a) — deslocamento no interesse da Justiça ou da Disciplina;
- b) — concursos para ingressos em escolas, cursos ou Centro de formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização de interesse da Corporação;
- c) — outros deslocamentos em objeto de serviço, decorrentes do desempenho da função Policial Militar;
- d) — baixa em Organização Hospitalar, ou alta, em virtude de prescrição médica competente, ou ainda realização de inspeção de saúde.

§ 4.º. O disposto neste artigo aplica-se ao Policial Militar da reserva quando convocado para serviço ativo, ou nomeado para exercer função na atividade.

Art. 45. Para efeito de concessão de transporte, considera-se pessoas da família do Policial Militar, os constantes no artigo 110.

§ 1.º. Os dependentes do Policial Militar com direito ao transporte, por conta do Estado, que não puderem acompanhá-lo na mesma viagem, por qualquer motivo, poderão usar do direito de partir de 30 (trinta) dias até 9 (nove) meses após a movimentação do Policial Militar, desde que tenha sido feita por este, sob sua responsabilidade, a necessária declaração à autoridade competente para requisitar o transporte.

§ 2.º. A família do Policial Militar que falecer em serviço ativo terá direito, dentro do prazo de 6 (seis) meses após o óbito, o transporte para a localidade, no território estadual, em que fixar residência.

§ 3.º. O Policial Militar excluído por incapacidade física, terá direito ao transporte para a localidade, no território estadual, em que fixar residência.

Art. 46. O Policial Militar da ativa transferido para a reserva remunerada ou reforma terá direito ao transporte, dentro do território estadual, para a localidade onde fixar residência.

CAPÍTULO IV

Da Representação

Art. 47. A indenização de representação destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromisso de ordem social ou profissional, inerentes à representação e ao bom desempenho em determinados cargos, comissões, funções ou missões.

Art. 48. Os cargos, comissões, funções, postos ou graduações que darão direito a indenização de representação, bem como os seus valores serão regulados por ato do Poder Executivo, por proposta do Comandante Geral.

Art. 49. O direito à indenização de Representação é devida ao Policial Militar desde o dia em que assume o cargo, comissão ou função e cessa quando ele se afasta, ou não desempenha o cargo, comissão ou função por mais de 30 (trinta) dias ou em caráter definitivo.

Parágrafo Único. A indenização de Representação, no caso de afastamento do ocupante do cargo, comissão ou função, por prazo superior a 30 (trinta) dias será paga a partir desse limite, apenas ao Policial Militar substituído.

Art. 50. Nos casos de Representação Especial, temporária de caráter individual ou coletivo, as despesas correrão por conta de quantitativos postos à disposição pela autoridade competente da Organização Policial Militar responsável pela viagem, ou do Policial Militar designado para a representação pessoal ou para chefiar delegação, grupo ou equipe.

CAPÍTULO V

Da Moradia

Art. 51. O Policial Militar em atividade faz jus a:

- 1) — Alojamento, em sua Organização Policial Militar, quando aquartelado;
- 2) — Moradia em imóvel sob a responsabilidade da Corporação, de acordo com a disponibilidade existente;
- 3) — Indenização mensal para moradia, quando não se encontrar na situação prevista no item 2.º (segundo) acima.

Art. 52. O valor da indenização de moradia e as condições para sua concessão serão objeto de regulamentação a ser baixada através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 53. "Encargos de Família" para os fins previstos neste artigo, são os dependentes do Policial Militar na forma do disposto no artigo 110.

Art. 54. Suspende-se temporariamente o direito do Policial Militar à indenização para moradia, enquanto se encontrar e numa das situações previstas no artigo 6.º.

CAPÍTULO VI

Da Aquisição e Conservação de Fardamento

Art. 55. O Policial Militar faz jus ao percentual de 15% (quinze por cento) sobre o soldo para aquisição e conservação de fardamento.

Parágrafo Único. Deste percentual, 7,5% (sete e meio por cento) será retido e recolhido ao Conselho Econômico e Administrativo da Corporação, que o movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes.

TÍTULOS IV

Outros Direitos

CAPÍTULO I

Do Salário-Família

Art. 56. Salário-família e o auxílio em dinheiro pago ao Policial Militar para custear, em parte, a educação e assistência a seus filhos e outros dependentes.

Parágrafo Único. O salário-família é devido ao Policial Militar no valor e nas condições previstas na Legislação Específica.

Art. 57. O salário-família é isento de tributação e não sofre desconto de qualquer natureza.

CAPÍTULO II Da Assistência Médico-Hospitalar

PARTE I Da Hospitalização

Art. 58. A Hospitalização consiste no internamento do Policial Militar da ativa, reserva remunerada ou reformado e seus dependentes, em Instituição Hospitalar, para receber assistência médica adequada e cuidados de enfermagem permanentes.

Parágrafo Único. A internação do Policial Militar em clínica ou hospital estranhos aos serviços hospitalares da Corporação, será autorizada, nos seguintes casos:

- 1) — Quando não houver Organização Hospitalar Policial Militar no local;
- 2) — Em caso de emergência, quando a Organização Hospitalar Policial Militar não possa atender;
- 3) — Quando a Organização Hospitalar Policial Militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Art. 59. O Estado custeará, integralmente, o tratamento e toda a medicinação ao Policial Militar ferido ou acidentado em objeto de serviço ou instrução.

Parágrafo Único. O Policial Militar que contrair doença epidêmica ou acidentada nos locais em que prestar serviços, é considerado, para os efeitos deste artigo como acidente em serviço, desde que tenha relação de causa e efeito com o serviço.

PARTE II Da Assistência Médica e Odontológica

Art. 60. O Estado proporcionará, aos Policiais Militares da ativa, reserva remunerada ou reformados, bem como aos seus dependentes, assistência médica e odontológica, na forma regulamentar.

Art. 61. Mediante parecer da Junta Médica da Diretoria de Saúde da Corporação, o Estado fornecerá, gratuitamente, ao Policial Militar ferido ou acidentado em serviço ou instrução os medicamentos e aparelhos ortopédicos ou similares, de que vier o mesmo a necessitar.

Art. 62. Recursos para a assistência Médico-hospitalar provirão de verbas consignadas no Orçamento do Estado e de contribuições estabelecidas de conformidade com o art. 63.

Art. 63. Fica instituído o desconto mensal obrigatório de 2% (dois por cento) do soldo dos Policiais Militares da ativa, reserva remunerada e reformados da Corporação, com a finalidade de assegurar gratuitamente aos contribuintes e aos seus dependentes a Assistência Médico-Hospitalar que não for de responsabilidade do Estado.

§ 1.º. Para efeito de aplicação deste artigo são considerados dependentes os definidos no art. 110 deste Código.

§ 2.º Estão compreendidos nas disposições a viúva do Policial Militar, enquanto permanecer nesse estado, e aos demais dependentes mencionados no parágrafo anterior, desde que vivam sob a responsabilidade legal da viúva.

CAPÍTULO III

Do Funeral

Art. 64. O Estado, assegurará sepultamento condigno ao Policial Militar.

Art. 65. Auxílio-funeral é o quantitativo concedido para custear as despesas com o sepultamento do Policial Militar.

Art. 66. O auxílio-funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do Policial Militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de Cabo PM.

Art. 67. Ocorrendo o falecimento do Policial Militar, as seguintes providências devem ser observadas para a concessão ao Auxílio-funeral:

- 1) — Antes de realizado o enterro, o pagamento do Auxílio-funeral, será feito a quem de direito, pela Organização Policial Militar a que pertencia, independentemente de qualquer formalidade, exceto a de apresentação do atestado de óbito;
- 2) — Após o sepultamento do Policial Militar, não se tendo verificado o caso do item anterior deste artigo, deverá a pessoa que custeou, mediante apresentação do atestado de óbito, solicitar o reembolso da despesa, comprovando-a com os recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhe em seguida reconhecido o crédito e paga a importância correspondente ao recibo, até o valor limite estabelecido no artigo 66 deste Código;
- 3) — Caso as despesas com o sepultamento, paga de conformidade com o item anterior, seja inferior ao valor Auxílio-funeral estabelecido, a diferença será paga aos herdeiros habilitados à pensão policial militar mediante petição à autoridade competente;
- 4) — Decorrido o prazo do item 2, sem reclamação do Auxílio-funeral por quem haja custeado o sepultamento do Policial Militar, será o mesmo pago aos herdeiros habilitados à pensão policial militar, mediante petição à autoridade competente.

Art. 68. Em caso especial, e a critério da autoridade competente, poderá o Estado custear diretamente o sepultamento do Policial Militar.

Parágrafo Único. Verificando-se a hipótese de que trata este artigo não será pago aos herdeiros o Auxílio-funeral.

Art. 69. Cabe ao Estado a transladação do corpo do militar da ativa falecido em campanha, na manutenção da ordem pública ou em acidente em serviço, para a localidade de origem quando por motivos justificados for solicitado pela família.

CAPÍTULO IV Da Alimentação

Art. 70. Tem direito à alimentação por conta do Estado:

- 1) — O Policial Militar quando a serviço em sua Organização Policial Militar, ou ainda em campanha, manobra ou exercício;
- 2) — O Policial Militar quando em prontidão na sua Organização Policial Militar;
- 3) — O aluno dos cursos em funcionamento na Academia da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- 4) — O Policial Militar quando baixado ao hospital policial militar;
- 5) — O preso civil quando recolhido à Organização Policial Militar;
- 6) — O Policial Militar recolhido à Organização Policial Militar, em virtude de sentença condenatória, preventivamente, em flagrante, para averiguações ou em decorrência de prisão disciplinar.

Parágrafo Único. Poderá o Estado estender o direito de que trata o artigo precedente, observadas as prescrições do Poder Executivo, aos civis que prestam serviços nas Organizações Policiais Militares.

Art. 71. Em princípio toda a Organização Policial Militar deverá ter

Rancho próprio organizado, em condições de proporcionar rações preparadas, aos seus integrantes.

Parágrafo Único. Se a Organização Policial Militar não possuir Rancho, o Policial Militar quando em serviço de duração continuada de 24 (vinte e quatro) horas, fará jus a diária de alimentação prevista no artigo 29 deste Código, desde que outra Organização Policial Militar nas proximidades do local de serviço não possa fornecer alimentação por conta do Estado.

Art. 72. A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada e fixada semestralmente.

Art. 73. Os generos de subsistência serão fornecidos em espécie à Organização Policial Militar pelos Estabelecimentos ou Organizações de subsistência se houver, ou pelo órgão competente do Estado.

Art. 74. A Corporação assegurará serviços reembolsáveis para atendimento das necessidades em generos de alimentação, vestuários, utensílios, serviços de lavanderia, confecções e outros que se relacionem com as necessidades domésticas do Policial Militar quando for julgado de conveniência para seus integrantes.

TÍTULO V Do Policial Militar em Campanha

Art. 75. Ao Policial Militar em campanha, aplicam-se no que couber as disposições dos artigos 1 a 24 deste Código, observadas as disposições deste Título.

Art. 76. O Policial Militar será considerado em campanha, quando a Organização Policial Militar ou fração dela a qual pertença, estiver empenhada em um teatro de operações, nos termos da Constituição da República e da Legislação Federal específica.

Art. 77. O Policial Militar enquadrado no artigo anterior fará jus as mesmas vantagens de que trata o Código de Vencimentos dos Militares das Forças Armadas em seu Título específico. (Dec.-Lei n.º 722, de 04 de agosto de 1969).

TÍTULO VI Do Policial Militar na Inatividade

CAPÍTULO I Da Remuneração

Art. 78. O Policial Militar na inatividade remunerada, satisfeitas as condições estabelecidas neste Título, faz jus:

- 1) — aos proventos;
- 2) — ao Auxílio-invalidez;
- 3) — ao adicional de inatividade.

Parágrafo Único. São extensivos ao Policial Militar na inatividade remunerada no que lhe for aplicável, os direitos constantes dos artigos 56 e 74 deste Código.

CAPÍTULO II Dos Proventos

Art. 79. Proventos são o quantitativo em dinheiro que o Policial Militar percebe na inatividade, quer na reserva remunerada quer na situação de reforma, constituídos pelas seguintes parcelas:

- 1) — soldo ou cotas de soldo;
- 2) — gratificações e indenizações incorporáveis.

Art. 80. Os proventos são revisitos sempre que por motivos de alteração do Poder Aquisitivo da moeda são modificados os vencimentos do Policial Militar em serviço ativo.

Parágrafo Único. O reajuste será nas mesmas proporções do concedido ao Policial Militar em serviço ativo.

SEÇÃO I

Do Direito à Percepção

Art. 81. Os proventos são devidos ao Policial Militar na inatividade remunerada, quando deixar efetivamente o exercício do serviço ativo em virtude de:

- 1) — Transferência para a reserva remunerada;
- 2) — Reforma;
- 3) — Dispensa de cargo, comissão ou função, para que tenha sido convocado ou designado quando já se encontrava na reserva remunerada.

Parágrafo Único. O Policial Militar de que trata este artigo continuará a perceber os vencimentos, até a publicação de seu desligamento em Boletim Interno de sua Organização Policial Militar, o que não poderá exceder de 45 (quarenta e cinco) dias à data da publicação oficial do respectivo ato de transferência para a reserva remunerada, reforma ou dispensa.

Art. 82. Suspende-se temporariamente o direito do Policial Militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à Organização Policial Militar competente, quando, na forma da Legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou for designado para desempenho de cargo, comissão ou função na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 83. Cessa o direito à percepção dos proventos na data:

- 1) — do óbito;
- 2) — da sentença passada em julgado, para oficiais, por crime que o prive do posto e patente; e para praças, por crime que implique na exclusão ou expulsão da Polícia Militar.

SEÇÃO II

Do Soldo e das Cotas de Soldo da PMEP

Art. 84. O soldo constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o Policial Militar na inatividade sendo o seu valor igual ao estabelecido para o soldo do Policial Militar da ativa no mesmo posto ou graduação.

Parágrafo Único. Para efeito de cálculos, o soldo dividir-se-á em cotas de soldo, correspondente cada uma a um trigésimo do seu valor.

Art. 85. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o Policial Militar tem direito a tantas cotas de soldo quantos forem os anos de serviço, computáveis para a inatividade até o máximo de 30 (trinta) anos.

Parágrafo Único. Para efeito de contagem destas cotas, a fração do tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, será considerado como um ano.

Art. 86. O Oficial que contar com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando transferido para a inatividade terá o cálculo de seus proventos referidos ao soldo do posto imediatamente superior, de acordo com os artigos 84 e 89 deste Título, se em seu Quadro ou Corpo existir em tempo de paz, posto superior ao seu.

Parágrafo Único. O oficial PM nas condições deste artigo, se ocupará

de último posto da hierarquia Policial Militar de seu Quadro ou Corpo da ativa, em tempo de paz, terá o cálculo dos proventos referidos ao sôdo do seu próprio posto aumentado de 20% (vinte por cento).

Art. 87. O Subtenente PM quando transferido para a reserva, terá o cálculo de seus proventos referidos ao sôdo de Segundo Tenente PM, desde que conte com mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

Art. 88. As demais praças que contem mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, ao serem transferidos para a reserva terão o cálculo de seus proventos referidos ao sôdo da graduação imediatamente superior à que possuíam no serviço ativo.

SEÇÃO III

Das Gratificações e Indenizações Incorporáveis

Art. 89. São consideradas Gratificações e Indenizações incorporáveis:

- 1) — gratificação de tempo de serviço;
- 2) — gratificação de função Policial Militar Categoria I.

Parágrafo único. A "base de cálculo" para pagamento das gratificações previstas neste artigo, dos auxílios e de outros direitos do Policial Militar na inatividade remunerada será o valor do sôdo ou das cotas do sôdo.

SEÇÃO IV

Dos Incapacitados

Art. 90. O Policial Militar incapacitado terá seus proventos referidos ao sôdo integral do posto ou da graduação em que foi reformado na forma da Legislação em vigor e as gratificações e indenizações incorporáveis a que fizer jus quando reformado pelos seguintes motivos:

- 1) — ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública ou por enfermidade contraída nessas condições ou que nelas tenham sua causa eficiente;
- 2) — acidente em serviço;
- 3) — doença adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito, em serviço;
- 4) — por doença, moléstia ou enfermidade, embora sem relação de causa e efeito com o serviço, desde que torne o Policial Militar total ou permanentemente inválido para qualquer trabalho.

Parágrafo único. Não se aplicam as disposições do presente artigo ao Policial Militar que, já na situação de inatividade, adquira uma das doenças referidas no item 4.o, a não ser que fique comprovada, por junta médica Policial Militar, relação de causa e efeito entre a moléstia e o exercício de suas funções, enquanto esteve no serviço ativo.

Art. 91. O Policial Militar, reformado por incapacidade decorrente de acidente ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, ressaltados os casos do item 4.o do artigo anterior, perceberá os proventos nos limites impostos pelo tempo de serviço computável para a inatividade, observadas as condições estabelecidas nos artigos 85 e 89 deste Código.

Parágrafo único. O Policial Militar de que trata este artigo não pode receber, como proventos, quantia inferior ao sôdo do posto ou da graduação da ativa, atingido na inatividade para fins de remuneração.

CAPÍTULO III

Do Auxílio — Invalidez

Art. 92. O Policial Militar em atividade, inclusive o de que trata o artigo 94 deste Código, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes do artigo 90, ao passar para a inatividade terá o direito a um Auxílio-invalidez no valor de 20% (vinte por cento) da "base de cálculo" de que trata o artigo 89, desde que seja considerado total e permanentemente inválido para qualquer trabalho e sem possibilidade de prover os meios de subsistência.

§ 1.o. Faz jus ao mesmo benefício o Policial Militar que:

- 1) — necessitar de hospitalização permanente;
- 2) — necessitar de assistência e de cuidados permanentes de enfermagem.

§ 2.o — Para continuidade do direito ao recebimento do Auxílio-invalidez o Policial Militar ficará sujeito a apresentar, anualmente, declaração de que não exerce nenhuma atividade remunerada, pública ou privada e, a critério da administração, a submeter-se periodicamente a inspeção de saúde, de controle. No caso de Oficiais PM mentalmente enfermo ou de praças PM, aquela declaração deverá ser firmada por dois oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 3.o. O Auxílio-invalidez será suspenso automaticamente pela autoridade competente se for verificado que o Policial Militar, nas condições deste artigo, exerça ou tenha exercido, após o recebimento do auxílio, qualquer atividade remunerada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, bem como se for julgado apto em inspeção de saúde a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.o. O Auxílio-invalidez não poderá ser inferior ao valor correspondente ao percentual do sôdo da graduação de Cabo PM.

CAPÍTULO IV

Do Adicional da Inatividade

Art. 93. O adicional de que trata o item 3 (três) do artigo 78 é calculado mensalmente sobre o respectivo provento e em função do tempo de serviço efetivamente prestado à Corporação, nas seguintes condições:

- 1) — de 15% (quinze por cento), quando o tempo de serviço computado fôr de 35 (trinta e cinco) anos;

- 2) — de 10% (dez por cento), quando o tempo de serviço computado fôr igual ou superior a 30 (trinta) anos.

CAPÍTULO V

Das Situações Especiais

Art. 94. O Policial Militar da reserva que, na forma da Legislação em vigor, reverter ao serviço ativo como convocado ou fôr designado para desempenho de cargo, comissão ou função de Polícia Militar, perceberá os vencimentos de seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à Organização Policial Militar competente, perdendo a partir dessa data, o direito dos proventos.

Art. 95. Não estão compreendidos nas disposições do artigo 85, os Policiais Militares amparados por Legislação Especial que lhes assegure, por ocasião de passagem para a inatividade, sôdo, gratificação ou vencimentos integrais do posto ou graduação a que eles fazem jus, efetivamente na inatividade.

TÍTULO VII

Dos Descontos em Folhas de Pagamento

CAPÍTULO I

Dos Descontos

Art. 96. Desconto em folha é o abatimento que, na forma deste Título, pode o Policial Militar sofrer em uma fração de vencimentos ou proventos para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposições de leis ou regulamentos.

Art. 97. Para os efeitos de descontos em folha de pagamento do Policial Militar são consideradas as seguintes importâncias mensais, denominadas "base para desconto":

- 1) — sôdo do posto ou da graduação efetivo acrescido das gratificações de tempo de serviço e de função Policial Militar Categorias I e II para o Policial Militar da ativa;
- 2) — os proventos, para o Policial Militar da reserva remunerada ou reformado.

Art. 98. Os descontos em folhas são classificados em:

- 1) — Contribuição para:
 - a) — Pensão Policial Militar;
 - b) — Fazenda Nacional ou Estadual quando fixado em lei.
- 2) — Indenizações para:
 - a) — A Fazenda Nacional ou Estadual, decorrente de dívida;
 - b) — O pagamento de próprio Nacional ou Estadual.
- 3) — Consignações para:
 - a) — Pagamento por transações comerciais feitas através dos reembolsáveis policiais militares conforme os regulamentos da PM;
 - b) — Pagamento de mensalidade social, a favor das entidades consideradas consignatárias, na forma a ser estabelecida no artigo 108;
 - c) — Cumprimento de sentença judicial para manutenção da família;
 - d) — Os serviços de assistência social da PM;
 - e) — Pagamento de indenizações previstas nos artigos 53 e 54;
 - f) — Pagamento de aluguel de casa para residência do consignatário;
 - g) — Outros fins de interesse da PM por ato do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 99. Os descontos em folha descrito no artigo anterior são ainda:

- 1) — Obrigatório: os constantes dos itens 1 e 2, letra C e E do item 3 (três) do artigo anterior precedente.
- 2) — Autorizados: os demais descontos mencionados no item 3 do artigo anterior.

Parágrafo único. O Comandante Geral da Polícia Militar regulamentará os descontos previstos no item 3 deste artigo.

CAPÍTULO II

Dos Consignantes

Art. 100. Podem ser consignantes todos os Policiais Militares ativos e inativos remunerados.

CAPÍTULO III

Dos Limites

Art. 101. Para os descontos em folha, a que se refere o Capítulo I deste Título são estabelecidos os seguintes limites, relativos às "bases para descontos" definidos no artigo 97:

- 1) — Quando determinados por lei ou regulamento, quantias estipuladas nesses atos:

70% (setenta por cento) para os descontos previstos nas letras "c" e "e" do item 3 do artigo 98.

- 2) — até 30% (trinta por cento) para os demais, não enquadrados nos itens anteriores.

Art. 102. Em nenhuma hipótese o consignante poderá receber em folha de pagamento a quantia líquida inferior a 30% (trinta por cento) das bases estabelecidas no artigo 97, mesmo nos casos de suspensão do pagamento das gratificações.

Art. 103. Os descontos obrigatórios tem prioridade sobre os autorizados.

§ 1.o. A importância devida à Fazenda Nacional ou Estadual ou a pensão Judicial, supervenientes a averbação já existente será obrigatoriamente descontado dentro dos limites estabelecidos nos artigos 101 e 102.

§ 2.o. Nas reduções dos descontos autorizados que se fizerem necessários para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, será assegurado aos consignatários os juros de mora, as taxas legais vigentes, decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

§ 3.o Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só será permitido novo desconto autorizado quando este estiver dentro dos limites fixados neste Capítulo.

Art. 104. Desconto originado de crime previsto no Código Penal Militar não impede que, por decisão judicial, a autoridade competente proceda às buscas, apreensões legais, confisco de bens e sequestros, no sentido de abreviar o prazo de indenizações à Fazenda Nacional ou Estadual.

Art. 105. A dívida para com a Fazenda Estadual, no caso do Policial Militar que é desincorporado, será obrigatoriamente cobrada de preferência por meios amigáveis, e na impossibilidade desses, pelo recurso referente ao processo de cobrança fiscal à dívida ativa do Estado.

CAPÍTULO IV

Dos Consignatários

Art. 106. O Poder Executivo mediante proposta do Comandante Geral, especificará as entidades que devem ser consideradas consignatárias para efeito deste Código.

TÍTULO VIII

Disposições Diversas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 107. O valor do sôdo será fixado, para cada posto ou graduação com base no sôdo do posto de Coronel da Polícia Militar, observados os índices estabelecidos em tabela de escalonamento vertical.

§ 1.º — A tabela de sôldo, resultante da aplicação do escalonamento vertical, deverá ser constituída por valores arredondados de múltiplos de 30 (trinta).

§ 2.º O valor do sôldo básico não poderá nunca ser superior ao sôldo de Coronel do Exército Brasileiro.

Art. 108. Qualquer que seja o mês considerado, o cálculo parcelado de vencimentos e indenizações terá o divisor igual a 30 (trinta).

Parágrafo único. O salário família é sempre pago integralmente.

Art. 109. O Policial Militar transferido percebe adiantadamente, se for o caso, pela Organização Policial Militar de origem, os vencimentos, indenizações e salário-família correspondentes ao mês da data do ajuste de contas.

§ 1.º Após o ajuste de contas nenhum pagamento será feito ao Policial Militar pela Organização Policial Militar de origem, salvo quando o embarque for sustado por ordem superior, caso em que voltará a situação anterior ao ajuste de contas, para efeito de pagamento;

§ 2.º Na Organização Policial Militar de destino será realizado o acerto das diferenças acaso verificadas no pagamento realizado na Organização Policial Militar de origem.

Art. 110. São considerados dependentes do Policial Militar, para efeitos deste Código, desde que vivam a sua expensa, sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na Organização Policial Militar competente.

1) — esposa;

2) — filha e enteada solteira;

3) — filha e enteada viúvas, desquitadas ou separadas, desde que não recebam remuneração;

4) — filho e enteado menores de 18 anos de idade, desde que não recebam remuneração;

5) — mães e sogras viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas, desde que não recebam remuneração;

6) — pessoa que, mediante comprovação na forma da lei, viva sob a exclusiva dependência econômica do Policial Militar.

Parágrafo único. Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo, a viúva do Policial Militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados neste artigo, desde que vivam sob a responsabilidade da viúva.

Art. 111. Os vencimentos ou proventos devidos ao Policial Militar falecido serão calculados até o dia do óbito inclusive, e pago àqueles constantes da declaração de herdeiros habilitados.

Art. 112. São extensivos ao Policial Militar na inatividade remunerada no que for aplicável o direito constantes dos artigos 64 a 69 e 74 desta lei.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Art. 113. A tabela de escalonamento vertical a que alude o art. 107, será definida em dispositivo de lei específico, com eficácia a partir da data da vigência da próxima lei de reajustamento geral do Funcionalismo Estadual.

Art. 114. Os Policiais Militares que estiverem em gozo de gratificação não previstas nesta lei, deverão optar entre a situação definida nesta lei e a anterior; Os que não o fizerem dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência desta lei, terão sua remuneração regulada pelos dispositivos da presente lei.

Art. 115. Em qualquer hipótese, o Policial Militar que em virtude da aplicação desta lei, venha a fazer jus mensalmente a um total de vencimentos ou proventos inferior ao que vinha recebendo, terá direito ao complemento ao valor da diferença encontrada.

Parágrafo único. O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente, até sua completa extinção, em base dos futuros reajustamentos de sôldo, promoção ou nas novas condições alcançadas.

Art. 116. O Governo do Estado do Paraná, por proposta do Comando Geral, baixará as normas de equivalência de cursos previstos no artigo 21 deste Código, que vigorarão até serem regulados pelo Estado Maior do Exército Nacional, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Art. 117. Aplicam-se as disposições do presente Código aos Policiais Militares que se encontram na inatividade remunerada.

Art. 118. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Justiça:

Projeto de Lei sobre

Mensagem Governamental 59-73 do Poder Executivo

Assunto: Código da Polícia Militar.

PARECER

Não seria justo que continuasse a Polícia Militar do Estado, numa situação de inferioridade, sem o seu Código, ou Estatuto. A aspiração da classe é antiga e das mais necessárias. Merece aplausos o Governador Parigot de Souza encaminhando esse documento.

Perfeitamente legal e constitucional e mais que isso, necessário, somos pela aprovação, como se encontra, porque vem de estudo aprofundado e de longa data.

Sala das Comissões em 09 de maio de 1973.

(Ass. ilegível)

Dep. Antônio Lopes Júnior — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUMULA

"Projeto de Lei n. 59-73 — Mensagem n. 44-73, do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná".

PARECER

1. Tratam os Autos do Projeto de Lei n. 59-73, originado através de Mensagem Governamental n. 44-73, que encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

2. O anteprojeto de lei em análise, conforme se depreende de seu aspecto formal e da minudência com que aborda todos os ângulos que fazem ressaltar a necessidade do Código de Vencimentos proposto para os integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná é respaldado na legislação federal específica e sofreu o crivo, segundo de vê da Exposição de Motivos, do Ministério do Exército, através de audiência da Inspetoria Geral das Polícias Militares, estando, portanto, plenamente justificada sua propositura reafirmada pelo evidente interesse da administração em propiciar aos policiais militares do Estado um estatuto que seja próprio da Corporação e que lhe dê a projeção necessário compatível com a elevação das funções que seus derivados integrantes exercem.

3. Por outro lado, estando o anteprojeto de lei testilhado assentado em permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de proposições que digam respeito ao funcionalismo público estadual — remanejamento de servidores, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar do Estado — Art. 25, § 1.º, alínea C —; bem como a iniciativa de lei que "abram créditos, fixam vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedem subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública" — Artigo 35, tudo da Constituição do Estado do Paraná, e tendo em vista, finalmente, que o novo Código de Vencimentos proposto pelo Poder Executivo vem, de fato, satisfazer às justas reivindicações dos integrantes da Polícia Militar do Estado bem assim estabelecer o indispensável regime de equidade de tratamento remuneratório para retribuição de serviços prestados à coletividade e que deve presidir às decisões dos poderes constituídos em relação aos seus servidores, esta Comissão de Finanças entende ter o anteprojeto de lei referido ter plenas condições de ser discutido votado e aprovado pelo ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, em sua íntegra e sem nenhuma emenda ou modificação.

Pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1973.

Deputado JOÃO C. FADEL — Relator

Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ruy Allegretti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Moraes Pereira da Costa, ocorrido em Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Dante Luiz Júnior, ocorrido em data de 18 do mês em curso, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando à Mesa, credenciá-lo para representar esta Casa, no 2.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a realizar-se em Brasília. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Inspetor Delegado Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, encarecendo providências visando disciplinar as atividades dos cinemas, proibindo a projeção de trailers de filmes proibidos durante as sessões livres. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta por 2 (dois) Srs. Deputados, para representar este Poder, na solenidade de posse do Sr. Hector Cámpora, na Presidência da República da Argentina, marcada para o próximo dia 25. — **Em discussão.**

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, apenas para conhecimento do teor do Requerimento e se é sem ônus para o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento não diz nada a respeito. Apenas pede a designação de uma Comissão, composta de 2 Srs. Deputados.

O SR. IVO TOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã, do Requerimento do Sr. Deputado Antônio Belinati, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro Dias Leite, pela comunicação feita, quando de sua visita ao nosso Estado, que será instalada em Curitiba o Escritório Central, para a construção da Usina de Itaipu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a transcrição do artigo publicado no "Diário do Paraná", sob o título "O Prêmio Machado de Assis". — **Aprovado.** (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de que seja disciplinada a aplicação dos fundos arrecadados pelas concessionárias de telecomunicações através de sistema de auto-financeamento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que digno determinar a Secretaria de Viação e Obras Públicas, responder as perguntas solicitadas a Requerimento. — **Em discussão.**

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito a palavra para discutir o Requerimento.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, a Liderança do Governo jamais pretendeu que esta Casa deixasse de tomar conhecimento de qualquer esclarecimento, sobretudo quando se trata de assunto de tamanha gravidade. Não é lícito a quem quer que seja, supor que o Governo ou o Poder Executivo tenha alguma coisa a esconder, uma vez que aqui esteve

o Sr. Secretário de Obras Públicas, durante 6 horas, à disposição dos Srs. Deputados, respondendo a todas as indagações. Ao finalizar colocou-se à disposição de todos, neste Plenário ou fora daqui, na Telepar e na Secretaria de Obras. Deu as informações todas.

Porém, é um direito que tem o sr. Deputado Erondy Silvério de pedir novos esclarecimentos, se é que esses que foram dados não o convenceram. É um direito de qualquer Deputado, pedir para discutir um Requerimento, e adiar sua votação para o dia seguinte.

Quanto ao outro Requerimento que S. Exa. encaminhou, afirmando que independia de votação pelo Plenário, é questão que a Mesa deve decidir. Eu pedi para discutir o Requerimento, nos termos regimentais, para que adia a discussão para amanhã, possa eu colher subsídios a fim de discuti-lo. Não há, de nossa parte, nenhuma providência com relação a derrubada do Requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Está adiada a discussão e votação do requerimento para a sessão anterior de amanhã.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, insisto quanto a primeira parte do Requerimento que independe de discussão e apreciação pelo Plenário. Carece apenas de providência da Mesa.

O Sr. Presidente, nós já quase estamos adivinhando o destino que vai ter nosso Requerimento. Mas queremos prevenir à Casa que não nos contentaremos e não concordaremos que se subtraia do povo o conhecimento que ele deve ter da aplicação do seu dinheiro, do dinheiro que está pagando mensalmente à Telepar, para aplicação da rede telefônica. Este Poder é essencialmente fiscalizador da aplicação dos dinheiros públicos e nenhuma informação pode se subtrair dos membros deste Poder, no sentido de fiscalizar a aplicação deste mesmo dinheiro.

Todavia, é direito regimental do Líder do Governo, solicitar, para discutir, o Requerimento e, por conseguinte, adiar sua votação para amanhã. Mas, no bojo do Requerimento, existe um pedido que independe do pronunciamento do Plenário. Então, este primeiro pedido é que quero que seja considerado pela Casa, independentemente do Requerimento que fizemos ao sr. Governador do Estado. Este sim, carece de pronunciamento da Casa.

A primeira manifestação, independe de votação e providência que estou solicitando à Mesa, regimentalmente, apenas para que a Casa transmita ao Ministro de Telecomunicações, apelo que fazemos no bojo do Requerimento.

Quanto a negativa, se houver, da aprovação do nosso Requerimento, ratificando informações que vieram maliciosamente incompletas, será motivo de discussão amanhã, mas desde já quero advertir, que não me conformarei com a negativa, porque posso vê-lo rejeitado no Plenário, mas ninguém impedirá que as mais altas autoridades do País, tomem conhecimento do conteúdo do mesmo. Para isso encontro amparo regimental.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Nobre Deputado Erondy Silvério, que, mesmo nos termos em que foi colocado o seu Requerimento, depende de votação desta Casa e esta Presidência submeterá à votação esta parte lida, ficando a primeira parte do Requerimento adlada para a Sessão de amanhã.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, V. Exa. poderia mandar citar o dispositivo regimental que determina a votação? Isto é um apelo à Mesa, para que encaminhe um pronunciamento feito no Plenário, que consta das notas taquigráficas, não depende de votação, o pronunciamento foi feito.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a Questão de Ordem de V. Exa.:

(Lê): — Artigo 132. — Estão sujeitos a despacho do presidente e independem de apoio preliminar de discussão e votação, os Requerimentos verbais que solicitarem:

a palavra, ou a sua desistência; a posse do Deputado; a leitura de qualquer matéria; a retificação de Ata; a inserção de declaração de voto em Ata; a observância de algum dispositivo regimental; a retirada de Requerimento verbal ou escrito; a retirada de proposição ou parecer contrário; a verificação de votação; o preenchimento de vagas nas Comissões; informações sobre a ordem dos trabalhos; a inclusão de qualquer proposição em Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

Parágrafo 4.º — Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão os podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os Requerimentos sobre:

convocação de Secretário de Estado; inserção nos Anais ou no Diário da Assembleia de documentos ou publicação não oficiais; nomeação de Comissões Especiais; reunião da Assembleia em Comissão Geral; sessões extraordinárias; sessões secretas, quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevenidos no decurso das discussões ou das votações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vê V. Exa., que o Regimento é omissão. O Regimento é omissão, não determina que haja, especificamente, pronunciamento do Plenário. O pronunciamento foi feito na Tribuna, estou apenas solicitando que a Mesa envie ao Sr. Ministro, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência reafirma ao nobre Deputado, que o Requerimento de V. Exa. está enquadrado em:

"quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevenidos no decurso das discussões ou das votações".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu vou aceitar a decisão da Mesa, pelo alto respeito que tenho pelos Membros da Mesa, inclusive por V. Exa. não encontrou, nem a Assessoria da Mesa, um dispositivo que fosse taxativo, que determinasse que o nosso pronunciamento fosse objeto de discussão e votação. Vou aceitar porque, se por acaso o nosso Requerimento for rejeitado amanhã, se a Mesa não se dispuser a encaminhar um novo Requerimento que faremos, para que chegue ao conhecimento do Sr. Presidente da República, do Sr. Ministro da Justiça, do Ministro do Exército, do Comandante da 5a. Região Militar, do Chefe do Serviço Nacional de Informações o nosso Requerimento, eu farei chegar às mãos dessas Autoridades o protesto do povo paranaense, pela forma com que está sendo tratado o dinheiro dos compradores promitentes da Companhia Telefônica. O papel da Assembleia é verificar, fiscalizar o dinheiro público; se isto a nós for vedado, repito mais uma vez — o melhor é que se feche este Poder e que se entregue as chaves a quem de direito se um Deputado desta Casa quer reagir contra o que pensa ser u'a má aplicação dos dinheiros públicos requerendo a quem de direito as informações, de como ele está sendo aplicado e estas informações vem em caráter incompleto a esta Casa, renova-se o pedido, ratifica-se o

pedido e a maioria rejeita o Requerimento, não tem mais remédio! O melhor é fechar este Poder.

Portanto, repito a V. Exa.: aceito a decisão, pelo alto respeito que merecem os Ilustres Membros, mas na Sessão de amanhã vou provar a V. Exa. que o nosso Requerimento, a primeira parte, independe de pronunciamento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta ao Nobre Deputado Cândido Martins, se sustou a discussão também do segundo Requerimento.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, creio que se comete uma injustiça contra a própria Assembleia Legislativa quando se afirma o desejo de sonegar à Casa, informações importantes. A prova de que este Poder tem lutado para que estas informações venham são as informações em que se baseia o próprio Deputado Erondy Silvério para pedir novas informações. No juízo de S. Exa. essas informações foram incompletas.

Respeito o ponto de vista de S. Exa. mas mantenho louvando a decisão da Mesa, de só encaminhar uma vez aprovado pelo Plenário, os dois Requerimentos de S. Exa., mantendo o pedido de discuti-los amanhã. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Ficam adiadas as discussões dos Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 146-71 e 46-73 e de Resolução n.os 19-73, 20-73 e 21-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 282-70, 285-70, 167-71, 19-73, 20-73, 21-73, 57-73 e 59-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 252-70, 199-71, 176-72, 11-73 e 34-73.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA A SER TRANSCRITA NOS ANAIS APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURICIO FRUET, NA SESSÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 1973.

“O PREMIO MACHADO DE ASSIS

Renzo Massarani

RIO — A Academia Brasileira de Letras, na sua sessão de 10 de maio último, conferiu o Prêmio Machado de Assis ao escritor Andrade Murici, pelo conjunto de sua obra. Esse tão eminente galardão distingue pela primeira vez um autor que conta com uma percentagem de cerca de 50% de sua produção voltada à crítica musical, de que é hoje o decano no Brasil.

José Candido de Andrade Murici nasceu em Curitiba a 4 de dezembro de 1895; é bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1918. Foi o fundador da cadeira de História da Educação Musical e Estética Musical do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico dirigido por Vila-Lobos. É membro do Conselho Federal de Cultura de que foi vice-presidente em dois períodos eletivos. Exerceu a direção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro; é presidente da Academia Brasileira de Música; foi um dos fundadores da revista Festa, representativa do movimento simbolista no Rio de Janeiro. Redator do Jornal do Comércio e da revista O Cruzeiro, acaba de acrescentar à sua extensa bibliografia o volume Para Conhecer Melhor Cruz e Souza, Edições Bloch e proxima-mente deverá ser lançada a nova edição do Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro, edição do Instituto Nacional do Livro em convênio com o Conselho Federal de Cultura. Colaborou na História da Independência do Brasil dirigida por Josué Montello, e em A Literatura Brasileira, dirigida por Afrânio Coutinho.

Ainda em 1911, começou os seus estudos musicais (piano e solfejo) com a cantora Marieta Beltrão, e, em seguida, com Hugo de Barros (piano); em 1914, estudou harmonia e contraponto, prosseguindo nos estudos de piano com o regente e organista suíço Léo Kessler, o autor da ópera brasileira Papilio Inocentia. Em 1930, passou a receber lições do eminente mestre e pianista Tomás Terán. Em 1932, a convite de Fernando Magalhães, Reitor da Universidade do Brasil, realizou um curso de extensão universitária de História da Música, em 14 palestras, na então Escola Nacional de Música. Em 1935 foi nomeado professor de História da Música e Estética Musical da extinta Universidade do Distrito Federal (fundada pelo prefeito Pedro Ernesto e organizada por Anísio Teixeira), sendo designado para o Instituto de Artes, que foi sucessivamente dirigido por Celso Kelly, Cornélio Pena e Mário de Andrade. Ainda em 1935 realizou um curso de extensão universitária da História da Música, com a colaboração de numerosos artistas e conjuntos, e ilustrada com gravações. Em 1937, foi convidado por Elmano Cardim para substituir Oscar Guanabara na crítica de música do Jornal do Comércio, posto que assumiu em fevereiro e no qual foi cronista escrupuloso e honesto, crítico severo mas sempre justo, procurando colaborar no desenvolvimento artístico do Brasil em geral, e do Rio em particular. Se sua ação incansável não foi tão útil como teria sido lógico esperar, outras razões e outros personagens — diletantes e vaidosos — foram os responsáveis.

Continuando incansável sua obra construtora, Andrade Murici foi nomeado membro da Comissão do Hino Nacional presidida por Francisco Braga e que incluía entre outros, Vila-Lobos, Manuel Bandeira e Olegário Mariano. Tratava-se de disciplinar a execução do Hino e talvez de atendes os defeitos da letra; uma segunda comissão, presidida por Gastão Penvalva e de que, com os Vila-Lobos, também participou, preparou o texto do Decreto-Lei 4.545 de 31-7-1942 que regula o uso dos símbolos nacionais. Em 1945, foi designado por Vila-Lobos para presidir as sessões preparatórias da fundação da Academia Brasileira de Música, da qual ainda hoje é o presidente.

Mas seria impossível continuar aqui o elenco — inevitavelmente incompleto — das atividades, das lutas e das vitórias de José Candido de Andrade Murici em defesa do Brasil musical. O Prêmio Machado de Assis — atribuído ao musicólogo mais esquivo e modesto destes tempos de vaidades estereis — sublinha toda uma vida dedicada à música, convidando o mestre a continuar na sua obra com a mesma fé e a mesma firmeza de ânimo de quando ainda menino, se aproximava da arte dos sons humildemente, começando com aquele solfejo que hoje tantos desprezam, julgando-o apenas coisa para o artesão; não para quantos acreditam na música...

NR. Este artigo foi publicado no Jornal do Brasil, edição de 17-5-73.